

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara

ANA CAROLINA DE BELLO BUSINARO

**OS DISCURSOS DOS REPRESENTANTES DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE
DURANTE O PERÍODO DO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)**

Araraquara
2025



ANA CAROLINA DE BELLO BUSINARO

**OS DISCURSOS DOS REPRESENTANTES DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE
DURANTE O PERÍODO DO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)**

Monografia de conclusão de curso apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Orientador(a): Prof. Dra. Karina Lilia Pasquariello Mariano

Araraquara
2025

B979
d

Businaro, Ana Carolina de Bello
OS DISCURSOS DOS REPRESENTANTES DO
MOVIMENTO BRASIL LIVRE DURANTE O PERÍODO DO
GOVERNO BOLSONARO (2019-2022) / Ana Carolina de Bello
Businaro. -- Araraquara, 2025.
72 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências
Sociais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade
de Ciências e Letras, Araraquara
Orientadora: Karina Lilia Pasquariello Mariano

1. Análise de discurso.. 2. Análise de conteúdo.. 3. Direita.
4. Comportamento Político.. 5. Poder Legislativo. I. Título.

ANA CAROLINA DE BELLO BUSINARO

**OS DISCURSOS DOS REPRESENTANTES DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE
DURANTE O PERÍODO DO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara , para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais
Área de Concentração: Ciência Política

Data da defesa: 01/07/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Karina Lilia Pasquariello Mariano
UNESP - Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara

Prof. Dr. Samuel Decresci
UNESP - Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara

Prof. Dr. João Mauro Gomes Vieira de Carvalho
UNESP - Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara

Dedico este trabalho à minha família e amigos, que sempre foram meu alicerce. Esta conquista também pertence a vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, meu pai Alberto e minha mãe Raquel, e a todos os demais familiares, por estarem presentes nessa caminhada, sendo o meu pilar em dias nebulosos. Todo o suor de seus esforços foram imprescindíveis para que esse sonho fosse possível.

Aos meus amigos da turma de Ciências Sociais do ano de 2021 que tive a honra de caminhar nos anos de graduação, compartilhando perspectivas, sonhos, angústias e risadas.

Agradeço também aos membros do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Cultura e Desenvolvimento (GEICD) pelo compartilhamento do aprendizado e desenvolvimento profissional na elaboração da pesquisa.

Às amigas construídas nos corredores da comunidade unespiana bem como àqueles presentes no percurso dos longos quilômetros diários até a universidade, nos quais serei sempre grata pelos diálogos profícuos e guardarei profundas e afetuosas memórias.

Às amigas de longa data, que sempre depositaram muita fé e carinho e estiveram de braços abertos para me acolher quando mais necessitei, bem como comemoraram comigo diante das conquistas durante este percurso.

Aos meus professores da educação básica que sempre me deram profundos ensinamentos e incentivos para que a conquista de um lugar em uma universidade pública fosse realizável e por terem iluminado o gosto pelo ensino e pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2023/15180-6. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Igualmente importante foi a orientação da professora Karina Lilia Pasquariello Mariano, sempre muito solícita e aberta para o trabalho, proferindo correções e sugestões de grande pertinência.

Por fim, agradeço a todos os professores da graduação dos quais obtive conhecimentos preciosos, assim como a toda a comunidade acadêmica unespiana da Faculdade de Ciências e Letras.

“Uma esfera particular terá de olhar-se
como crime notório de toda a sociedade”
(Marx, 2006, p. 154).

RESUMO

O Movimento Brasil Livre surge como um expoente da direita: representado por figuras da direita digital como Kim Kataguiri e Arthur do Val, posicionaram o MBL como possível representante político desse descontentamento social acerca da democracia e dos representantes políticos eleitos, especialmente os petistas. Essa imagem antissistêmica do movimento, aliada a um discurso de suposta renovação política, ganhou aderência nacional significativa, a qual materializou-se em cadeiras no Congresso Nacional em 2018 juntamente a outras lideranças de extrema-direita, como o ex-presidente Jair Bolsonaro. Desse modo, o trabalho buscou preencher a lacuna no debate sobre a atuação desses atores políticos exógenos dotados de capital midiático (Bourdieu, 2001; 2012) enquanto agentes expressivos dentro da deliberação das instituições legislativas, influenciando na dinâmica do plano de poder formal. Assim, a análise concentrou-se nas falas do deputado federal Kim Kataguiri e do deputado estadual Arthur do Val durante seus mandatos (2019-2022) na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa de São Paulo, de maneira a compreender se os integrantes mantiveram coerência com os princípios do movimento. Além disso, trata-se da verificação do discurso de aproximação ou afastamento do bolsonarismo e como este está inserido e justificado na respectiva narrativa discursiva antissistêmica. A metodologia deste trabalho está calcada na análise de conteúdo (Bardin, 2002) das notas taquigráficas que possibilitou o delineamento temático da atuação institucional em plenário e comissões dos respectivos parlamentares. Ademais, foi feita a análise de discurso para compreensão do discurso inserido nas disputas de narrativas do discurso enquanto espaço de disputa de hegemonia (Laclau e Mouffe, 2015), bem como apoiada na revisão teórica sobre a democracia e a direita brasileira no século XXI. Afirma-se, por fim, que o MBL representa uma atualização discursiva da direita, combinando neoliberalismo e conservadorismo com estratégias midiáticas atualizadas que desqualificam o debate público e a deliberação legislativa.

Palavras-chave: análise de discurso; análise de conteúdo; direita; comportamento político; poder legislativo.

ABSTRACT

The Movimento Brasil Livre emerged as an exponent of the right: represented by figures from the digital right, such as Kim Kataguiri and Arthur do Val, they positioned the MBL as a possible political representative of this social discontent regarding democracy and elected political representatives, especially those from the Workers' Party. This anti-systemic image of the movement, combined with a discourse of supposed political renewal, gained significant national support, which materialized in seats in the National Congress in 2018, together with other far-right leaders, such as former president Jair Bolsonaro. In this way, the work sought to fill the gap in the debate on the role of these exogenous political actors endowed with media capital (Bourdieu, 2001; 2012) as expressive agents within the deliberation of legislative institutions, influencing the dynamics of the formal power plan. Thus, the analysis focused on the speeches of federal deputy Kim Kataguiri and state deputy Arthur do Val during their terms (2019-2022) in the Chamber of Deputies and the Legislative Assembly of São Paulo, in order to understand whether the members remained consistent with the principles of the movement. In addition, it involves verifying the discourse of rapprochement or distancing from Bolsonarism and how this is inserted and justified in the respective anti-systemic discursive narrative. The methodology of this work is based on content analysis (Bardin, 2002) of shorthand notes that allowed the thematic delineation of the institutional action in plenary and committees of the respective parliamentarians. In addition, discourse analysis was carried out to understand the discourse inserted in the disputes of discourse narratives as a space for the dispute of hegemony (Laclau and Mouffe, 2015), as well as supported by the theoretical review on democracy and the Brazilian right in the 21st century. Finally, it is stated that the MBL represents a discursive update of the right, combining neoliberalism and conservatism with updated media strategies that disqualify public debate and legislative deliberation.

Keywords: discourse analysis; content analysis; right wing; political behavior; legislative power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Nuvem de palavras 1 – Discursos de Plenário e Comissões do parlamentar Kim Kataguiri (2019-2022)	32
Nuvem de palavras 2 – Discursos de Plenário e Comissões do parlamentar Arthur do Val (2019-2021)	32
Gráfico 1 – Links do termo “reforma” para os discursos de Kim Kataguiri	33
Gráfico 2 – Links do termo “reforma” para os discursos de Arthur do Val	33
Gráfico 3 – Links dos termos “oposição”, “dilma”, “petismo”, “petista”, “petistas”, “esquerda”, “lula” e “pt” para os discursos de Kim Kataguiri	34
Gráfico 4 – Links dos termos “dilma”, “petista”, “petistas”, “esquerda”, “lula” e “pt” para os discursos de Arthur do Val	34
Gráfico 5 – Links dos termos “dinheiro público”, “juízes”, “juiz”, “judiciário” e “stf” para os discursos de Kim Kataguiri	35
Gráfico 6 – Links dos termos “salário”, “imposto”, “estado” e “dinheiro público” para os discursos de Arthur do Val	35
Gráfico 7 – Links dos termos “pobre”, “pagador de impostos”, “população”, “trabalhador”, “sociedade”, “cidadãos” e “povo brasileiro” para os discursos de Kim Kataguiri	36
Gráfico 8 – Links dos termos “pobre”, “país”, “população”, “pessoas” “trabalhador”, “cidadãos” e “povo” para os discursos de Arthur do Val	37
Gráfico 9 – Links dos termos “polícia” e correlatos, “traficante”, “facção”, “crime”, “encarceramento/superencarceramento”, “negro(a)s” para os discursos de Kim Kataguiri	37
Gráfico 10 – Links dos termos “polícia” e correlatos e “crime” para os discursos de Arthur do Val	38
Gráfico 11 – Links dos termos “bolsonaro” e correlatos, “moro”, “guedes” e “filho do presidente” para os discursos de Kim Kataguiri	39
Gráfico 12 – Links dos termos “bolsonaro” e correlatos, “doria”, “governador”, “corrupção”, “pt” e correlatos para os discursos de Arthur do Val	39
Gráfico 13 – Diagrama de arcos entre correlações temáticas dos discursos de Kim Kataguiri e Arthur do Val	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E METODOLOGIA	10
2 O MBL NA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA	23
3 ANÁLISE DE CONTEÚDO: ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO MBL	33
4 ANÁLISE DE DISCURSO: REFLEXÕES TEÓRICAS	45
5 CONCLUSÃO	58
DADOS CURRICULARES	72

1 INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

O presente trabalho tem como objeto de estudo o comportamento político de figuras do Movimento Brasil Livre por meio dos discursos de seus membros eleitos que atuaram dentro das instituições legislativas, ou seja, trata-se de uma análise das falas e posições de deputados eleitos pertencentes a esse movimento no período do governo Bolsonaro entre o ano de 2019 até 2022, com a exposição e investigação do discurso e do conteúdo de notas taquigráficas dos parlamentares Kim Kataguirí e Arthur do Val nas respectivas instituições Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do estado de São Paulo.

A escolha dos atores se dá pela sua relevância política nos espaços midiáticos bem como os mais votados entre os membros eleitos do MBL. Como descrito pela Câmara (2025), Kim Patroca Kataguirí, é uma figura política jovem que começou a vida política em 2014 como um dos fundadores do Movimento Brasil Livre, sendo uma importante liderança das manifestações *pró-impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (El País, 2014) adquirindo um número expressivo de apoiadores nas redes sociais, acumulando aproximadamente no ano de 2025 o total de 6,3 milhões de seguidores no X, Facebook, Youtube, Instagram e TikTok. (Kataguirí, 2025).

Em 2018, Uma esfera particular terá de olhar-se como crime notório de toda a sociedade durante a campanha eleitoral, o candidato Kataguirí prometia maior transparência e rejeição a esse suposto arcabouço da velha política institucional, afirmando que estaria “(...) trabalhando para vencer e não só para marcar posição, fazer discurso. (...) Sempre foi uma coisa muito obscura a eleição da presidência da Câmara, muito de gabinete e pouco ligada à população.” (UOL, 2018a).

Demonstrando apoio a Bolsonaro em 2018, Arthur do Val também iniciou na política da mesma forma que seu colega de movimento, mas a notoriedade midiática antecedeu esse fato. O deputado estadual é formado em Engenharia Química e atuou dentro do empresariado de “reciclagem de resíduos metálicos, transportes, combustíveis, construção civil e estacionamento” (ALESP, 2025), e antes de adentrar ao MBL, era conhecido como “Mamãefalei” devido ao seu canal no Youtube, o qual em 2025 atingiu mais de 2,6 milhões de inscritos somente nessa rede. Somando todas suas redes sociais possui quase 6 milhões de seguidores (Val,

2025).

Durante a campanha eleitoral de 2018, com discurso reacionário, propôs uma ruptura expressiva contra a política conservadora brasileira e as estruturas democráticas, indicando uma proposição mais liberal e mais aproximada dos votantes, se colocando como figura nova dentro da política: “As pessoas estão cansadas da velha política. Surpreendeu todo mundo. Na internet, ser uma nova figura faz muito mais diferença do que ficar prometendo coisas impossíveis, velhas estratégias, compra de voto, curral eleitoral, tempo de TV que não serve mais para nada.” (UOL, 2018b).

Há uma linearidade na mensagem desses atores com o fortalecimento dos grupos de direita radical transnacional. Na política, como afirma Mouffe (2005), o discurso político aparece enquanto um espaço onde os antagonismos se chocam constantemente na busca de uma hegemonia, ou seja, o discurso político não pode ser compreendido enquanto expressões passivas, neutras e voltadas para o ideal, está intimamente e implicitamente relacionado com finalidades materiais e como elemento definidor das relações sociais e políticas. Tudo que é político é disputa e competição, sendo a dimensão do antagonismo, no qual a política enquanto espaço de “uma série de práticas e instituições através das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto de conflitualidade provido pelo político” (Mouffe, 2005, p. 9). O político enquanto instrumento teórico-ideológico e a política como campo de prática desse processo, por sua vez, estão intimamente interligados, o que torna imprescindível debater a conjuntura histórica, social e política a qual está inserido.

Vista a relevância da análise do discurso e de conteúdo na ciência política, se faz necessário postular acerca dos novos rumos e modos de operação que a direita brasileira comumente se estrutura na última década do século XXI, pelas quais o objeto da pesquisa presente está inserido. Casimiro (2016) discute acerca de um Estado ampliado pelo qual as classes dominantes operam suas movimentações ideológicas: essas novas figuras concretizam táticas e estratégias políticas dentro da institucionalidade, mas o *modus operandi* desse processo se realiza para fora das instituições, como por exemplo, nas redes sociais e na mídia digital como um todo.

Essa somatória de fatores deu embasamento para uma dominação diagonal, remodelando internamente as estruturas das instituições ao mesmo tempo em que conquista poder na dinâmica do capitalismo no seu estado “técnico, científico e

informativa” (Santos, 2006, p.159). O *impeachment* de 2016 contra o governo de esquerda foi posto por lideranças institucionais, contudo, esse fato só foi consumado – e admitido anos depois – decorrente de uma onda de “despolitização de dois tipos: pós-político e ultrapolítico” (Fernandes, 2019, p. 24).

Diferente dos neoliberais brasileiros da década de 80, a geração de 2010 em diante, apresentou, como afirma Rocha (2017), mudanças expressivas enquanto ações políticas endógenas e exógenas em relação às instituições brasileiras: a figura distante da classe econômica do empresariado do final do século XX, muda de forma para jovens universitários das classes médias. A finalidade desses novos *think tanks* – ou, em outros termos, centros estratégicos não governamentais de reflexão de grupos ou movimentos – não é direcionar o discurso de modo concentrado para elites políticas, econômicas e intelectuais restritas, mas “(...) atingir, além dos próprios estudantes universitários e de escolas primárias e secundárias, setores mais amplos da sociedade” (Rocha, 2017).

O Movimento Brasil Livre (2025) conquistou cadeiras no Congresso Nacional em 2018 conforme uma articulação antecedente exógena do processo institucional. O grupo surgiu em meados de 2013 e 2014, em meio ao caos político que se instaurou durante o governo de Dilma Rousseff, que estava enfrentando acusações de pedaladas fiscais. As manifestações de 2013 tiveram início com o movimento contra o aumento da tarifa de ônibus, relatado no documentário disponível na plataforma do movimento, chamado “Não Vai Ter Golpe”; além disso, eles possuem uma plataforma de cursos intitulada “Academia MBL” sem qualquer reconhecimento de qualidade e de aprovação institucional de órgãos da educação do Estado presente no *website* do movimento.

Para alguns autores, esse movimento e diversos outros grupos semelhantes são resultados da crise política instaurada pela Operação Lava-Jato. Como afirma Moisés e Weffort (2020), o caos político dos partidos aberto por essas investigações foi um dos fatores que abriu margem para que se instalasse uma “(...) liderança populista e personalista que, afora rejeitar o pluralismo político, alimentou a contraposição moral entre o ‘povo puro’ e a ‘elite corrupta’” (Moisés e Weffort, 2020, p. 28). O MBL, envolto de um espaço social revoltoso e insatisfeito com a política institucional, encontrou um meio para fortalecer e viabilizar um projeto político de poder de aproximação da sociedade civil do instrumento político de ação, criando várias redes de circulação de informações e de participação.

Dessa forma, é possível caracterizar o MBL em um primeiro momento, enquanto um movimento de mobilização política da sociedade que combate as instituições políticas tradicionais. Entretanto, em sua própria lista de valores e princípios (Movimento Brasil Livre, 2025), cita que defende a liberdade e responsabilidade, a igualdade perante à lei e a democracia. Ainda reforçando essa instabilidade e contrariedade de princípios, ao mesmo tempo, se coloca também como defensor de bandeiras como “o fim do voto obrigatório e da revogação do estatuto do desarmamento e o reconhecimento do direito de autodefesa do cidadão” (Movimento Brasil Livre, 2025).

Para além da pontualidade das manifestações de 2013, o movimento se propagou efetivamente com uma constância na publicação de conteúdos palatáveis de ataque às principais figuras de esquerda, se colocando em uma posição apolítica. De 2013 a 2018, o principal foco desse movimento social foi a base de ação no meio da internet, especialmente utilizando como plataforma de divulgação o *Facebook*, no início do movimento, e nos tempos atuais, se vê uma grande margem de acesso à conteúdos em plataformas em ascensão como o *Youtube*, *Instagram*, *TikTok* e *X*, como posto anteriormente. Esses meios de comunicação agem como redes completamente interligadas em uma ultra velocidade de disseminação de informações, e desse modo, essas figuras consagraram um espaço de poder político nos últimos cinco anos alicerçados em um local amplamente rentável na conquista de apoiadores.

Apesar da construção narrativa que promove um rechaçamento ao *establishment*, em pouco tempo, os atores do movimento passaram a atuar de forma direta nas instituições. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (2018) foi eleito um número relativamente pequeno de representantes do movimento na instância federal em relação a outras candidaturas, sendo quatro eleitos na Câmara – Kim Kataguirí (DEM-SP), Zé Mario (DEM-GO), Jerônimo Goergen (PP-RS) e Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), – e dois parlamentares no Senado – Marcos Rogério (DEM-RO) e Eduardo Girão (Pros-CE), e outras lideranças em nível estadual.

Entretanto, os números de eleitores dos principais membros foram expressivos: de acordo com Tribunal Superior Eleitoral (2018), Kim Kataguirí (deputado federal) e Arthur do Val (deputado estadual em São Paulo), principais lideranças do MBL, foram dois dos deputados mais votados em 2018. Kataguirí aparece como o quarto mais votado (468 mil votos) e atrás apenas de parlamentares

mais ligados à figura do então candidato à presidência Jair Bolsonaro, como Eduardo Bolsonaro (PSL) com 1.814.443 votos, Joice Halssemann (PSL) com 1.064.047 votos e Celso Russomano (PRB) com 512.947 votos. Arthur do Val, para a Assembleia Legislativa de São Paulo, aparece com 478 mil votos (Tribunal Superior Eleitoral, 2018), atrás também de figuras apoiadas por Bolsonaro, como Janaina Paschoal (PSL) com 2 milhões de votos e de Mauro Henrique Tramonte, com 516 mil votos.

Essas posições revelam muitos dos números de votantes conquistados através desse discurso antipolítico difundido na *internet*. Como explica Freitas (2018), o MBL e seus membros adquirem uma metamorfose de conquista do apoio político necessário combinando informação e participação, isto é, capturam a atenção da sociedade através de reprodução incisiva e recorrente – atendendo à demanda do algoritmo, depositando diversas informações em um período constante – desses conteúdos e de convite de participação dos eleitores na construção do movimento. Uma das principais táticas estão centradas na instrumentalização reacionária da insatisfação social com a política para operar “como uma máquina de marketing para promover as suas ideias.” (Freitas, 2018, p. 67).

Partindo do pressuposto do quesito institucional, Neves (2019) levanta a questão do momento que o movimento social se coloca ao sair do plano político exógeno da sociedade civil para o espaço formal-institucional em 2018. A conquista de um público-alvo fora das redes de propaganda política tradicionais foi rompida, abrindo um modo de ganhar apoio político pelas redes sociais, como por exemplo, foram as eleições do ex-presidente Jair Bolsonaro e do reeleito presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Isso implica nas atividades discursivas tomadas como apartidárias ou ainda, diferentes da velha política, em uma busca de isolamento político, a princípio, entre as tensões centrais entre o petismo e o bolsonarismo. Trata-se de uma tática que logo foi irrompida, uma vez que o jogo de poder do Congresso Nacional e a consequente formação de alianças e institucionalização de seus membros em figuras pontuais era o mais certo para conquistar mais apoio, ou seja, “era o caminho mais natural caso o MBL tivesse a pretensão de ganhar espaço político junto ao Congresso Nacional e de influenciar o Executivo.” (Neves, 2019, p. 103).

Posto isso em questão, a escolha da institucionalidade enquanto espaço de ação e propagação política onde esses atores se expressam e comunicam – não

excluindo a importância das redes sociais nesse processo político – se faz necessária para identificar, em que medida os atores se apresentam como antipolítica, influem e se comportam dentro das instituições e como vão se relacionar com outros atores de mesma relevância representativa, os quais expõem um discurso semelhante. A compreensão desses discursos políticos nesse espaço permite entender como esses grupos políticos concretizam essas ideias no plano político formal de poder, possibilitando definir quais temas são colocados, conservados ou remodelados e se há um benefício de interesses internos acerca das demandas defendidas.

Além disso, há uma abundância de bibliografia específica sobre o Movimento Brasil Livre enquanto um movimento externo e momentâneo das jornadas de 2013. Entretanto, percebe-se uma escassez bibliográfica significativa no entendimento do MBL e outros grupos reacionários após os acontecimentos de 2016 e a partir da eleição dos seus membros em 2018, na qual os representantes do movimento foram diluídos dentro das análises da conjuntura parlamentar. A proposta do trabalho constitui-se no seguimento de estudos sob essa lacuna no debate sobre a atuação e comportamento político de atores políticos dotados de capital midiático enquanto agentes de mudança e impacto dentro das instituições legislativas.

Por conseguinte, a metodologia consistiu na análise de conteúdo (Bardin, 2002) das notas taquigráficas dos discursos dos principais atores políticos mencionados. Foi feito o delineamento temático de primeiro contato com as falas, as quais caracterizaram a atuação institucional em plenário e comissões dos respectivos parlamentares, estabelecendo categorias fundamentais de entendimento do direcionamento da agenda dos trabalhos legislativos do período.

Ademais, contempla-se a análise de discurso enquanto instrumento teórico-metodológico que possibilitou uma visão analítica para além dos conteúdos isolados das mensagens aplicadas, ou seja, há um entendimento dos temas sob o contexto histórico e o sentido das mensagens nas relações de poder enquanto aspecto macro-histórico, mobilizando as disputas de narrativas do discurso enquanto um local de disputa política e de hegemonia (Laclau e Mouffe, 2015). Aliada a discussão sobre a Teoria do Discurso, há a revisão teórica sobre a democracia e a direita brasileira no século XXI, o Movimento Brasil Livre, o fenômeno do bolsonarismo e o capitalismo midiático, garantindo o aprofundamento da dimensão contextual do discurso do movimento enquanto realocação de ideias e

comportamentos passados aos eventos políticos presentes (Hall e Taylor, 2003).

A partir disso, o presente estudo propõe a análise da continuidade da atuação reacionária de grupos de direita, inseridos nas instituições democráticas sob instâncias políticas legislativas, de modo que busca mapear a influência da manutenção da hegemonia do ecossistema político da extrema-direita. Busca-se, desse modo, elucidar as posições assumidas pelos referidos atores tanto em relação ao Poder Executivo, quanto examinar a coerência de suas práticas políticas frente às diretrizes e convicções do movimento de origem. Para o alcance desse objetivo geral, houve a necessidade de realizar o mapeamento das principais pautas e posicionamentos defendidos pelo MBL ao longo da trajetória do mandato e a relação histórica do movimento; a análise do alinhamento e conciliação dos assuntos dessas pautas em relação às agendas conservadoras e liberais articuladas nos movimentos de direita; a investigação da adoção de posturas de conciliação ou de oposição dos parlamentares estudados em face do Poder Executivo; e, por fim, rastreamento das dinâmicas discursivas no interior do movimento, de modo a identificação do tipo de mensagem política construída, com a verificação da manutenção da ideologia dominante sob a reformulação de modos de construção discursiva, e consequentemente, de relações de poder.

A revisão bibliográfica sobre quatro bases de dados mais relevantes (Periódicos Capes, Google Acadêmico, Repositório Institucional UNESP e Scielo) contribui para o entendimento do contexto político e histórico do MBL e sobre a direita no Brasil. Essa revisão garante a compreensão e verificação de noções básicas desta continuidade histórica do sentido da mensagem e dos conteúdos do discurso.

Partindo das noções fundamentais sobre discurso e conteúdo, a pesquisa teve como orientação o uso do espaço deliberativo parlamentar das instituições democráticas enquanto meio político de reafirmação da mensagem do conteúdo político da última década referente ao MBL, de modo que tais referenciais teóricos proporcionaram debate sobre os impactos de movimentos de direita na sociedade e na política, bem como sobre o uso do poder do discurso no meio político.

Além disso, como mencionado anteriormente, foi feita a coleta e estruturação de notas taquigráficas (dados primários) dos discursos do deputado federal Kim Katagiri e ex-deputado estadual Arthur do Val no período de atuação parlamentar de 2019 a 2022. O critério de seleção dos discursos foi feito por meio

dos tipos de intervenção, contemplando os documentos entre plenário e comissões que continham as referidas categorias (aparte, apresentação de proposição, breves comunicações, comissão geral, como líder, como relator, comunicação parlamentar, declaração de voto, discurso encaminhado, discussão, encaminhamento de votação, explicação pessoal, exposição, fala do presidente ou no exercício da presidência, grande expediente, homenagem, interpelação, líder, orientação de bancada, outros, parecer, pela ordem, pequeno expediente, questão de ordem e reclamação, registro de voto e representação do partido) de acordo com próprio banco de dados da Câmara Legislativa.

Foi realizado o mesmo procedimento com documentos disponíveis publicamente na base de dados da ALESP (pesquisa de proposições, questões de ordem, processos, sessões plenárias, votações no plenário, ordem do dia e consolidação de leis). A coleta e estruturação das referidas informações foi feita a partir do uso de tecnologias vinculadas às Ciências Sociais Computacionais (Pavesi e Valentim, 2021) que permitiram a alocação e visualização de um grande conjunto de dados com o arcabouço analítico próprio das Humanidades.

A relevância desse tipo de pesquisa se faz necessária para entender a situação da mensagem enquanto um dos termos que sustenta o bolsonarismo e onda de extrema-direita que assola as instituições políticas brasileiras. Evidenciar o discurso e seus componentes ajuda a explicar similaridades e/ou divergências de posições e debates levantados: o que permanece, se conserva do passado político ou o que é recente, ou seja, como pensar a inserção desse tipo de discurso reacionário de figuras da direita dentro do espectro político e o seu impacto na configuração atual das relações de poder e das instituições brasileiras. Ademais, a análise do discurso demanda o entendimento da mensagem inserida no contexto sócio-político inscrito, assumindo que o envolvimento do que é falado e seu significado são entendidos de forma interrelacional para com as relações preestabelecidas no meio social.

A discussão acerca dos discursos dentro das ciências humanas e os tipos de conteúdo que rodeiam essas dinâmicas comunicacionais são trazidos como uma ferramenta indispensável, principalmente no que se diz respeito às relações de poder dentro do campo da ciência política. Em primeiro lugar, pode-se entender o discurso como uma dimensão relevante nas ciências humanas ao ultrapassar as barreiras de entendimento apenas da linguagem enquanto um sistema de relações,

a análise de discurso permite “uma exterioridade como elemento constitutivo dos sentidos [...] no qual se pode ver a relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer” (Silva e Sargentini, 2005, p. 84). A partir dessa perspectiva, o presente trabalho identificou as mensagens dos conteúdos abordados (temas e posições mais relevantes) desses representantes.

Assim, a abordagem metodológica está fundamentada na pesquisa qualitativa, tendo como meio para a geração de inferências o método indutivo (visto o primeiro contato com o assuntos abordados durante o mandato), somada a análise de discurso e conteúdo, tendo como base teórica para a interpretação do mesmo o debate sobre a crise da democracia (Levitsky e Ziblatt, 2018), com contribuições teóricas da Teoria do Discurso sobre democracia, além do levantamento bibliográfico adequado mencionado.

Ademais, a pesquisa qualitativa para esse tipo de pesquisa. ao se tratar da compreensão do objeto envolvido pelo desenvolvimento de dimensão complexa da história política, apreende suas características subjetivas fundamentais em uma continuidade e linearidade, isto é, se destaca pela “historicidade, no que diz respeito ao processo desenvolvimental do indivíduo e no contexto dentro do qual o indivíduo se formou.” (Gunther, 2006, p. 202). Esse tipo de pesquisa permite ao pesquisador maior flexibilidade ao produzir generalizações, “partindo de elementos individuais para chegar a hipóteses e generalizações.” (Gunther, 2006, p. 203).

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi indutiva, como sugere Lakatos e Marconi (2003), tendo como pressuposto metodológico da atividade de pensamento através de um caminho de passagem que vai do especial ao mais geral, dos indivíduos às espécies, das espécies ao gênero, dos fatos às leis ou das leis especiais às leis mais gerais (p. 86), visto o contato com dados primários dos discursos parlamentares não explorados anteriormente. De forma distinta ao método dedutivo, os pressupostos a serem analisados pelo método indutivo possibilitam produzir novas abrangências de um conhecimento precedente, de modo que “a conclusão é provavelmente verdadeira, mas não necessariamente verdadeira e se encerra informação que não estava, nem implicitamente, nas premissas” (Lakatos e Marconi, 2003, p. 92).

Entende-se os discursos dos parlamentares enquanto particulares desta pesquisa para apreender sobre como se exerceram seus mandatos de 2019 a 2022. A partir dessa análise, houve a elaboração de inferências sobre os impactos da

incorporação desses atores antissistema nos legislativos. A escolha da combinação da análise do discurso e de conteúdo, por sua vez, abriu margem para o pesquisador identificar além dos sentidos das mensagens aplicadas, também o contexto das relações de poder em diálogo com os principais tópicos dessas mensagens.

A análise de conteúdo contribui de modo que as inferências ampliam o entendimento e a colocação desses discursos, por meio de “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 2002, p. 38). Desta forma, com o uso do Voyant Tools, realizou-se a localização e classificação das unidades de registro mais frequentes e as respectivas co-ocorrências, inferiu-se sobre as temáticas, ou seja, possibilitou o alinhamento e identificação dos principais assuntos tratados no espaço legislativo.

Desse modo, a análise de discurso segundo a perspectiva de laclauiana (Laclau e Mouffe, 2015; Laclau, 2001; Laclau, 1986), viabiliza a assimilação qualitativa da conservação dos aspectos discursivos e do que aparece como atualização seja em conteúdo, forma ou objetivo da mensagem do projeto político da extrema-direita brasileira, bem como os efeitos provocados por essas narrativas reacionárias nas instituições políticas. Segundo a perspectiva de Laclau e Mouffe (2015), o discurso é entendido enquanto um mecanismo que compreende para fora das manifestações linguísticas, mobilizando o discurso dentro do local de disputa da hegemonia, enquanto uma “produção do social e produção do ideológico, não reflexo e nem mesmo resultado de estruturas anteriores ao próprio discurso.” (Freitas, 2019, p. 2). Em suma, a Teoria do Discurso inscreve as narrativas no respectivo contexto histórico-social, político e econômico, assumindo a inter-relação do conteúdo e o sentido adquirido dentro de um tempo e espaço social.

Após feita análise de discurso e de conteúdo, para a produção de inferências foi utilizado o *path dependence*, que permite apreender o momento no qual as mudanças acabam trazendo resquícios do passado, sendo carregado no referencial/experiências para realizar as alternativas discursivas. Há o estabelecimento de avaliação da linearidade das mensagens e da condição de viabilização comunicacional do discurso diante da inserção do grupo nas instituições e as respectivas táticas de correlação de forças internas de modo que atua “em favor de uma concepção segundo a qual essas forças são modificadas pelas propriedades de cada contexto local, propriedades essas herdadas do passado.”

(Hall e Taylor, 2003, p. 200).

Ademais, a abordagem teórica foi direcionada por meio do Neoinstitucionalismo, uma vez que se trata de um ponto de vista teórico da Ciência Política voltado para “elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos” bem como “(1) construir a relação entre instituição e comportamento; (2) como explicar o processo pelo qual as instituições surgem ou se modificam.” (Hall e Taylor, 2003, p. 194).

A corrente utilizada dentro do neoinstitucionalismo foi o neoinstitucionalismo histórico, que, devido a preocupação de inserção do discurso no tempo histórico-político, há a finalidade de “combinar explicações da contribuição das instituições à determinação de situações políticas com uma avaliação da contribuição de outros tipos de fatores, como as ideias, a esses mesmos processos” (Hall e Taylor, 2003, p. 196). Com base nos procedimentos descritos, o trabalho buscou realizar a compreensão da operação dos comportamentos discursivos de atores parlamentares da nova direita nas dinâmicas institucionais, adotando mecanismos de reprodução das dinâmicas tradicionais de jogo político sob uma gramática política atualizada no interior do legislativo brasileiro.

Assim, o segundo capítulo da presente monografia realiza uma revisão bibliográfica sobre o Movimento Brasil Livre (MBL), evidenciando sua inserção na história política brasileira recente a partir de vínculos com o neoliberalismo internacional e o conservadorismo das elites nacionais. Analisa-se a consolidação do movimento por meio de uma retórica antipetista, moralizante e tecnocrática, sustentada por estratégias comunicacionais sensacionalistas e orientadas à viralização digital. Discute-se, ainda, a ambiguidade de sua relação com o bolsonarismo, com o qual compartilha bases discursivas conservadoras e economicamente liberais. Por fim, problematiza-se a transposição dessas práticas do ambiente digital para o espaço institucional, destacando sua função na atualização do projeto político da direita brasileira.

O terceiro capítulo dedica-se à análise de conteúdo da atuação parlamentar de representantes do MBL, com destaque para Kim Kataguiri e Arthur do Val, identificando um conjunto coeso de categorias discursivas que atualizam os pilares retóricos do bolsonarismo, ainda que marcados por ambiguidades estratégicas. As falas analisadas revelam a articulação de demandas fragmentadas em torno de significantes vazios — como “corrupção” e “Estado ineficiente” —,

sustentando uma lógica populista e tecnocrática orientada à defesa do Estado mínimo. Observa-se a construção de antagonismos simbólicos e morais contra a esquerda, o funcionalismo público e a política tradicional, ao mesmo tempo em que se defende um aparato estatal punitivo e seletivo. Conclui-se que os parlamentares operam na manutenção de um discurso liberal-populista, reafirmando a continuidade e a plasticidade do campo político da direita no cenário institucional.

O quarto capítulo apresenta uma análise de discurso fundamentada em reflexões teóricas do discurso que buscam compreender como parlamentares como Kim Kataguiri e Arthur do Val contribuem para a consolidação de uma extrema-direita que pauta o debate público a partir de interesses alinhados à classe capitalista dominante. Os discursos desses agentes evidenciam a transformação do espaço institucional em um palco de hipermidiatização, marcado por estratégias de simplificação e conformismo travestidas de crítica antissistêmica. A análise revela a espetacularização da política parlamentar, centrada na polemização e na desmoralização do adversário. Tal processo fragiliza a qualidade do debate democrático em favor de performances midiáticas.

Por fim, a conclusão apresenta que o MBL, embora se apresente como um movimento renovador e antissistêmico, atua majoritariamente no Legislativo alinhado ao projeto neoliberal e às estratégias discursivas da nova direita global. A atuação parlamentar investigada privilegia a espetacularização midiática, a viralização de conteúdos polêmicos e a deslegitimação das instituições, em detrimento da deliberação democrática qualificada. O discurso do movimento articula elementos conservadores e tecnocráticos, instrumentalizando significantes vazios para sustentar uma agenda elitista no espaço institucionalizado. Assim, o MBL reforça contradições da direita contemporânea ao adaptar-se ao jogo institucional sem romper com os pilares do bolsonarismo, aprofundando a despolitização do debate público.

2 O MBL NA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA

A gênese discursiva-ideológica que marcou a formação e origem histórica do Movimento Brasil Livre, tema de diversos estudos. Mendonça (2021) revela uma síntese discursiva marcada por um cerne ideológico ligado aos interesses da rede de *think tanks* internacionais neoliberais que tiveram início no final do século XX, assumindo apenas uma reorganização no modo de operar o movimento, adquirindo uma roupagem ativista, bem como evidencia uma ligação histórica entre a construção do neoliberalismo e o rechaço à visão de mundo marxista e de esquerda, se manifestando no Brasil através do Partido dos Trabalhadores como uma representação simbólica de inimigo maior, elaborados como àqueles contrários às ideias força dos neoliberais, que estará a favor do povo, construindo uma forma populista de disputa.

Ainda nessa perspectiva, boa parte das pesquisas (Mendonça, 2021; Sena e Gusman, 2020) revelam um esvaziamento de pauta como tática discursiva de cooptação, ou seja, além de construir uma imagem do antipetismo, utiliza-se da própria linha discursiva opositora para reforçar essa representação: o MBL aglutina a questão da identidade (como, por exemplo, a representação feminina e negra em espaços políticos, originalmente, uma pauta ligada ao espectro da esquerda política) e subverte em termos neoliberais, uma vez que a questão identitária foi enfraquecida das suas questões e pautas essenciais e específicas pelo capitalismo global do final do século XX. A identidade, por exemplo, é restringida ao campo de autoafirmação do indivíduo, cooptada por diferentes grupos políticos na direita.

Já a questão da luta contra a corrupção, como explica Pinto (2017), foi posta como um significante flutuante laclauiano de processo de disputa hegemônica, isto é, uma ideia que adquire diferentes significados conforme o contexto político, sendo apropriada por projetos hegemônicos, como o ideário neoliberal, para reforçar seus próprios símbolos e discursos. Montevechi (2021) e Pinto (2017) ressaltam a associação desse significante flutuante enquanto uma das justificativas do assentamento da cultura neoliberal, demonstrando o eco no terreno de disputa política na esquerda. Movimentos como o MBL, nesse cenário, criam aderência discursiva, primeiro pela redução das pautas e, em segundo lugar, por uma população insatisfeita e renegada pelo setor político da oposição.

Ademais, conforme demonstram Santos e Vieira (2016), o MBL construiu midiaticamente um discurso marcado por uma lógica binária entre bem e mal, em que figuras como o juiz Sérgio Moro são posicionadas como heróis e Dilma Rousseff é retratada como inimiga. Tal construção discursiva simbólica, segundo as autoras, oculta a ligação do projeto ideológico aos interesses de grupos dominantes capitalistas globais, sob a aparência da atuação apartidária e moralizante. O movimento, assim, se constitui de “uma teia de uma narrativa ideológica que constrói uma suposta ‘crise política’ por meio do jogo de imagens [...] obscurecendo, assim, os verdadeiros interesses e projetos particulares” (Santos e Vieira, 2016, p. 605).

O conteúdo programático se insere na cultura neoliberal difundida internacionalmente e se reafirma não pelo o que defendem, mas por uma negação sistemática em torno de uma classe política tradicional de esquerda, sobretudo, desgastada. Dessa forma, pode-se inferir que, em primeiro momento, as táticas da disputa política, o consenso e a dominação entre a direita brasileira ao longo de suas transformações históricas aglutinam um fazer discursivo de negação ao outro e se faz necessário o questionamento das motivações e intencionalidades reais do político para que haja essa assertividade da tática polêmica do ato de fazer a política (Mouffe, 2005).

Em face da constituição imagética de um antipetismo, a consolidação da prática política sob essa base simbólica constituiria um elo fraco, mesmo que seja um elemento aglutinador importante para o movimento. Guimarães (2018) posiciona algumas práticas político-econômicas defendidas historicamente pelo MBL e outros movimentos reacionários, associadas à transferência da responsabilidade do Estado sobre os direitos sociais, políticos e econômicos para o campo da mercadorização e do estímulo do empreendedorismo dos indivíduos. Embora haja uma significativa colocação discursiva do fim do Estado, na verdade, há uma reorientação do Estado para inserção do mercado. O mesmo estudo afirma que houve uma negociação histórica entre esses movimentos e partidos considerados tradicionais da direita e da centro-direita ainda na época da crise do governo Dilma.

Assim, a força do argumento sob um direcionamento cada vez mais conservador e tradicionalista que o MBL reivindica enquanto cerne programático se sustenta, em uma reorientação de ação e discurso ativista. O Movimento Brasil Livre (2025) reafirma valores e princípios que perpassam um desmantelamento sistemático da manutenção da máquina estatal com a defesa do fim dos monopólios

estatais e estímulo para a privatização de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Isso se manifesta também em um projeto de políticas públicas que o MBL visa elaborar. Conforme a sistematização de Guimarães (2018), ações punitivas do Estado são conclamadas, como a militarização de escolas e a não-relativização da propriedade privada. Estudos como Borges (2019) também reafirmam esse escopo da impunidade simbólica: o MBL sustenta um discurso baseado em antagonismos claros: de um lado, os “cidadãos de bem” e, de outro, os “criminosos” protegidos por uma suposta leniência do sistema de justiça e por discursos progressistas associados à esquerda e aos direitos humanos. Tal construção retórica mobiliza afetos como o medo e o ressentimento social, criando um senso comum de urgência em torno do endurecimento penal e do fortalecimento das forças repressivas do Estado, deslocando o debate da esfera política para uma dimensão moral e securitária.

Guimarães (2018) reforça a estratégia central do movimento em uma teia de privatização que ultrapassa a educação, saúde, justiça, operação da sustentabilidade, transporte e a economia. A autora ainda aponta uma significativa continuidade de programa iniciada no governo Temer, apontado como um governo que acentuou progressivamente medidas neoliberais com um profundo desaparelhamento do Estado e acentuação da esfera privada. Assim, originalmente, pode-se dizer que tais movimentos são a margem de uma estrutura conservadora predominante e não representam uma ruptura significativa para com o passado político brasileiro.

Entretanto, conforme analisado por Brodbeck e Prudencio (2022), a retórica do MBL está na dramatização polarizadora dos temas políticos tratados — como a prisão após condenação em segunda instância e a reforma da previdência — com o objetivo de cativar a audiência e aumentar seu alcance nas plataformas digitais, demonstrando a presença de argumentos populistas, disfarçados sob tecnicismo da fala, o que contribui para a eficácia persuasiva do conteúdo. Essa fusão discursiva evidencia não apenas a capacidade do grupo de explorar a lógica algorítmica das redes, que privilegia conteúdos emocionalmente carregados, mas também representava uma identidade política, com a incorporação do estilo retórico conservador à agenda política neolliberal: “os estilos tecnocrata e populista presentes nos vídeos do MBL se fundem numa argumentação que permite contestar

a autodeclaração do grupo como expoente do liberalismo” (Brodbeck e Prudencio, 2022, p. 280).

Lachowski (2022) demonstra como a coalizão, mesmo que oportunista, entre partidos tidos como mais conservadores da base bolsonarista, como por exemplo o partido Patriota, e o MBL, tido mais como a representação do centro liberal no espectro político, uma convergência ideológica entre as duas organizações pelo posicionamento econômico liberal e o conservadorismo moral, expressando o que o autor denomina de direita transante, que “vai do espectro liberal em questões econômicas e de liberdade de ação para o mercado, até o conservadorismo em pautas que abordam liberdades individuais e a emancipação de grupos sociais excluídos e historicamente perseguidos” (Lachowski, 2022, p. 240).

Da mesma forma, Machado (2017) destaca que a ocupação de espaços públicos, o uso das redes sociais e a convocação de manifestações do grupo estão centrados em dois marcos fundamentais do projeto liberal-conservador: o nacionalismo e a não-violência. Tais elementos embasaram a identidade coletiva legítima de suas pautas perante o público, ao mesmo tempo em que contribuíram para desqualificar os adversários políticos, os quais são frequentemente associados à violência e à corrupção, ressaltando novamente o aspecto moral do discurso, de modo que:

3. O elo realizado pelo MBL entre os acontecimentos ocorridos na política contenciosa brasileira nos anos de 2013 e 2014, a partir da criação de marcos multitemáticos possibilitaram a este ator a adoção de demandas anteriormente reivindicadas, bem como a apropriação de repertórios de ação já demonstrados por atores coletivos ligados à esquerda política, potencializando-os ao oportunizar a criação de uma identidade coletiva tolerante, e; 4. O êxito quanto a construção e o uso dos marcos multitemáticos nacionalismo e não-violência, transcorreram como peças-chave em busca de reconhecimento perante as pautas reivindicadas por este ator coletivo nas principais cidades do país desde então figuraram o desenho dos novos atores coletivos engajados na política contenciosa brasileira. (Machado, 2017, p. 92).

Em um estudo feito por Caldara (2020), principalmente no conteúdo veiculado na *internet*, foram encontradas evidências de uso de uma narrativa de conspirações e de distorção de fatos da realidade política, caracterizando um discurso que desmoraliza e produz aversão sobre adversários políticos. Duda da Silva (2018) argumenta que as redes sociais, especialmente o *Facebook*, foram centrais na estratégia de cooptação de apoio político, permitindo ao grupo influenciar o debate

público e o modo de como operacionalizar as movimentações políticas. Entretanto, isso revela-se de forma desigual devido a instabilidade do capital midiático, nos quais os atores do movimento “interagem com milhões de pessoas de forma assimétrica, vertical e dialética, ou seja, eles influenciam o debate e a opinião pública, mas dependem de seus seguidores para se projetar” (Duda da Silva, 2018, p. 16).

Tonetto (2018) também analisa o MBL como movimento indispensável na constituição da rede política midiática direitista da *internet*, passando da evolução da atuação digital espontânea e reativa para uma ação estrategicamente planejada e institucionalizada, articulando discursos morais e econômicos, sob uma agenda propagandista conservadora e neoliberal. Assim, a retórica de combate à corrupção aparece como uma alternativa moralizadora profundamente associada a uma rede de alianças com elites econômicas, partidos políticos e interesses internacionais capitalistas. O ciberativismo aparente de liberdade e participação de grupos reacionários são amplificados por algoritmos e técnicas de manipulação digital, de modo que “o movimento mantém uma névoa sobre si próprio e negocia apoio com grupos políticos, empresariais e institucionais que têm interesse em ocupar os espaços deixados vazios com a derrocada do PT” (Tonetto, 2018, p. 137).

Balieiro (2022) ao analisar a controvérsia em torno do fechamento da exposição Queermuseu, ocorrida em 2017, evidenciou como o grupo utilizou estrategicamente as mídias digitais para promover um enquadramento moralizante e emocional dos fatos, de modo que o caso foi impulsionado por atores políticos como o MBL, que exploraram a linguagem passional e sensacionalista para associar a exposição — e, por extensão, setores da esquerda — à corrupção moral e à ameaça aos valores tradicionais. Tal estratégia expôs a eficácia do MBL de interferência na condução do debate público, mas também sua capacidade de se sobrepôr a imprensa tradicional e expansão da visibilidade política em “um estilo de comunicação passional com o objetivo de produzir indignação moral, interpelando emocionalmente segmentos sensíveis a sua interpretação” (Balieiro, 2022, p. 570).

Ainda no debate sobre a comunicação do MBL, Mattos (2018) posiciona como o movimento estabeleceu uma estética comunicacional voltada à viralização, utilizando formatos diversos — como transmissões ao vivo, vídeos curtos, montagens e paródias — que apelam ao humor, à emoção e ao sensacionalismo. A pesquisa revela que essas práticas comunicacionais foram decisivas para a

construção de *frames* discursivos centrados no antipetismo, na crítica à esquerda e na defesa de valores ultraliberais, sendo sustentadas por uma retórica de aparente apartidarismo. O estudo também revela como o MBL aproximou-se progressivamente, desde a gênese em 2013, de práticas de institucionalização de seus membros, alavancada pela conciliação com classes dominantes e a comunicação viral: “O Movimento Brasil Livre surge com o objetivo de propor uma nova estética ao liberalismo. Uma estética totalmente relacionada às mídias sociais e sua linguagem.” (Mattos, 2018, p. 100).

A renovação da estética liberal só pode ser possível pela sua simplificação. Lepri (2020) conceitua como a estética do MBL como a estética do excesso: com uso da câmera-corpo e por regimes de atração, as postagens do movimento intensificam o engajamento afetivo com o público de modo que, ao adotar uma produção tecnicamente amadora, aproxima o público pela dimensão íntima e cotidiana do simplismo comunicacional. Essa simplificação da comunicação veicula narrativas impactantes de maior assimilação e fácil circulação: “O movimento continua a usar o audiovisual de forma privilegiada e extremamente pervasiva, [...] e a marca da retórica do excesso e, sobretudo do sensacionalismo é presente de forma contínua” (Lepri, 2020, p. 102).

Já Yamamoto e Moura (2018) demonstram como o projeto político do MBL está calcado em um projeto simbólico de nação baseado em ideais conservadores, masculinos e ocidentalizados. Segundo os autores, esse Brasil idealizado está inserido em narrativas de apelo messiânico, nas quais o movimento apresenta-se como redentor de salvação da nação, a partir de um cenário de degradação moral e política, principalmente referente à esquerda política.

Nesse imaginário, segundo os autores, o cidadão legítimo é branco, masculino, urbano e pertencente à classe média, o que exclui amplos segmentos da população e reforça desigualdades históricas, evidenciando que a retórica anti sistêmica do MBL, longe de promover uma ruptura emancipadora, opera como reatualização da comunicação e da estética do projeto político excludente tradicional patriarcalista, associado a dinâmica dependente do neoliberalismo em escala internacional, de modo que “trata-se de um sistema social organizado a partir de um gênero (masculino) e que tem os EUA como modelo ou forma ideal” (Yamamoto e Moura, 2018, p. 167).

Essa imagem masculina centralizadora exprime a oposição incisiva contra movimentos de grupos feministas. Ademais, Rodella (2020), ao investigar as estratégias comunicacionais de diferentes coletivos durante as mobilizações do 8 de março (8M), evidencia como o Movimento Brasil Livre (MBL) opera dentro de uma lógica discursiva excludente e deslegitimadora em relação às pautas feministas, reafirmando a posição masculinista: “Quando opta por expor, [...] as imagens de mulher portando arma ou mulher que representa o poder político instituído e das elites, acaba por favorecer uma comunicação violenta e excludente” (Rodella, 2020, p. 111).

Além disso, Wegmann (2022) investiga a responsabilidade do grupo na disseminação de desinformação após o assassinato de Marielle Franco, evidenciando como o grupo utilizou suas plataformas digitais para articular uma narrativa que reforça antagonismos políticos e simbólicos. A circulação de notícias falsas após o crime, especialmente nas redes do MBL, revelou a potência das plataformas digitais como arenas de disputa simbólica e política, em que se tensionam os limites entre liberdade de expressão e desinformação estratégica sobre grupos marginalizados: “as *fake news* reforçadas pelo MBL perturbaram a imagem da vereadora, enalteciam discursos reacionários agressivos e, de certa forma, se tornaram o centro das atenções” (Wegmann, 2022, p. 30, tradução nossa).

Kraus (2022) explica que, o grupo, distante de ser uma representação de inovação no campo político da direita, os atores agem no elo de continuidade de projetos históricos de afirmação da lógica liberal na América Latina, especialmente em sintonia com discursos e estratégias de dominação da comunidade liberal-conservadora norte-americana. A partir do exame de interações no *Facebook*, a autora identifica o MBL como um ator central na construção de redes simbólicas e discursivas que articulam ideologias liberais e conservadoras, ainda que haja negação pública dessa relação.

Assim como outros movimentos de direita, segundo o autor, o MBL tornou-se agente de difusão de interesses corporativos e de reprodução de sistemas simbólicos alinhados ao neoliberalismo internacional. Nesse sentido, o movimento opera a partir de uma estrutura de dissimulação retórica de relações de poder sob projeto ideológico persistente, enraizado em paradigmas liberais já estabelecidos: “essa ‘nova’ direita liberal brasileira aparece mais como defensora e reprodutora de um persistente projeto de afirmação de uma lógica liberal” (Kraus, 2022, p. 15).

Essa manutenção de elementos políticos simbólicos passados pelo campo da direita, expõe como o movimento está inserido como uma das engrenagens do aparelho ideológico total da classe dominante capitalista. Miranda (2021) revela como o Movimento Brasil Livre age como um desses aparelhos privados de hegemonia, ou seja, sua atuação como um partido político no sentido ampliado não institucionalizado, voltado à formação de uma inclinação coletiva e à promoção de uma nova concepção de mundo alinhada aos interesses do neoliberalismo. A disputa de cargos e para ocupar posições no aparato estatal mobiliza o caráter da inserção dos atores em favor da negociação de interesses voltados à classe dominante e “age, assim, como um partido político no sentido gramsciano, para o qual o partido tem duas grandes tarefas fundamentais: a formação da vontade coletiva e a reforma intelectual e moral” (Miranda, 2021, p. 127), o que evidencia seu papel ideológico na ofensiva burguesa contemporânea.

Oliveira (2018) também posiciona o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua (VPR) como expressões ideológicas e políticas das frações burguesas no interior do bloco no poder. A partir da concepção de que os movimentos sociais refletem os interesses de classe, mesmo que setores da burguesia não se articulem diretamente enquanto tais, o conteúdo político do MBL em ofensiva à esquerda oferece sustentação discursiva simbólicas aos projetos concretos das elites econômicas. A seletividade das pautas anticorrupção promovidas pelo MBL, quase sempre direcionadas contra atores vinculados à classe trabalhadora e ao Partido dos Trabalhadores, revela uma lógica de atuação voltada à desestabilização de forças progressistas e à naturalização de uma ideologia meritocrática e empreendedora: “é pertinente considerar os movimentos liberais e conservadores como ‘movimentos-apoio’ das frações burguesas componentes do bloco no poder, uma vez que, embora não se organizem em movimentos, estas se valem, todavia, desse apoio político-ideológico” (Oliveira, 2018, p. 104).

Em suma, as análises sobre o Movimento Brasil Livre evidenciam os vínculos ideológicos do movimento com estruturas neoliberais internacionais e conservadorismo das elites nacionais, articulando uma estratégia discursiva de negação à esquerda e à política tradicional, especialmente representada pelo Partido dos Trabalhadores. Ao invés de propor um programa político próprio robusto, o MBL consolidou-se, em primeiro momento, por meio do reacionarismo frente ao antipetismo e da mobilização da luta contra a corrupção, capturando o

descontentamento social e moldando-o sob o discurso moralizante. Essa retórica, embora apartidária em aparência, reforça interesses capitalistas de aplicação de projeto político e lógica excludente de poder (econômico e social, sobretudo), agindo em consonância com a manutenção da hegemonia dominante neoliberal.

No que tange à sua relação com o bolsonarismo, o MBL apresenta, historicamente, uma ambiguidade estratégica. Apesar de divergências pontuais e da tentativa de se distanciar de aspectos mais extremados do governo Bolsonaro, como o negacionismo, o movimento compartilha com o bolsonarismo uma base discursiva conservadora, moralista e anti sistêmica. Essa aliança tática se manifesta sobretudo no campo simbólico e econômico, o que permite ao MBL transitar entre posições críticas ao bolsonarismo e uma conciliação ideológica com pautas da extrema-direita, como o conservadorismo moral, a defesa da propriedade privada e o liberalismo econômico.

Somado a isso, as práticas políticas do MBL se caracterizam pela adoção de estratégias comunicacionais orientadas à viralização, com forte apelo emocional, estético e sensacionalista. Utilizando-se de redes sociais, *fake news* e enquadramentos morais, o grupo construiu uma imagem pública jovem, nacionalista e incisiva. A linguagem do MBL recorre à simplificação do discurso, ao humor agressivo e à estética do cotidiano, o que potencializa seu engajamento digital e o posiciona como uma força midiática relevante, ainda que marcada por contradições internas e oportunismo retórico.

A princípio, o movimento desempenha papel relevante na consolidação e manutenção do ecossistema político midiático da direita brasileira, isto é, a história política de atuação e do cerne do conteúdo político do grupo está marcada por uma continuidade adaptada das forças conservadoras brasileiras aos novos meios de comunicação, não como ruptura de projeto, mas como atualização tática dos atos de viabilização do programa político neoliberal frente às novas dinâmicas de comunicação e campo político. Frente a isso, propõe-se uma análise de permanência desses valores e práticas políticas, que antes observadas da ótica do ambiente digital, foram transpostas para o ambiente institucional, necessitando discussão das suas devidas implicações.

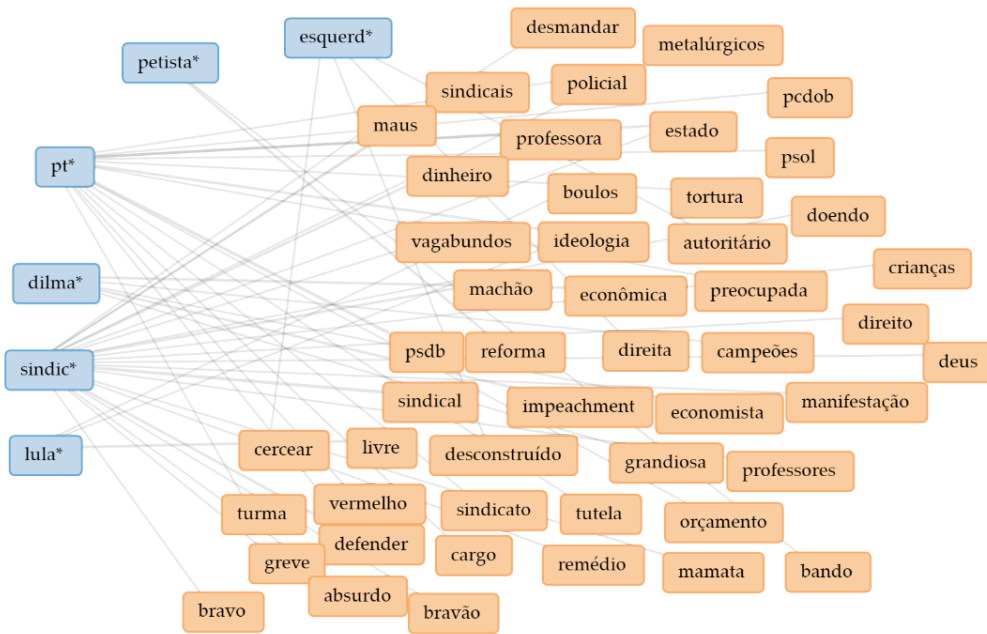
3 ANÁLISE DE CONTEÚDO: ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO MBL

Sob esse aspecto, entendendo os dados trazidos pelo mapeamento bibliográfico sobre o MBL alinhado ao objetivo da pesquisa de observação e apontamento da permanência dos valores e práticas do cerne político-discursivo do Movimento Brasil Livre e o alinhamento à base bolsonarista, foram geradas as unidades de contexto dos dados das notas taquigráficas de Kim Kataguiri e Arthur do Val.

Com a necessidade de elaboração de *corpus* de Bardin (2002), os discursos foram dispostos no Voyant Tools, ferramenta facilitadora do processamento e visualização de grande quantidade de dados de forma eficaz para a produção de uma abordagem qualitativa. Essa estruturação foi feita separadamente, referente aos respectivos atores, contabilizando os discursos em plenário e em comissões do período de 2019 a 2022 que compuseram o mandato parlamentar.

É importante destacar as dificuldades acerca dos dados: há uma falta de registro de dados disponíveis sobre comissões em 2020 do parlamentar Kim Kataguiri e não há registro público das discussões das comissões do parlamentar Arthur do Val, o que é identificado como uma problemática para análise, uma vez que, os assuntos tratados em plenário corresponde propriamente ao voto direto em discussão, com poucas falas registradas do parlamentar. Além disso, há ausência de dados totais em 2022 de Arthur do Val em razão da cassação de seu mandato parlamentar.

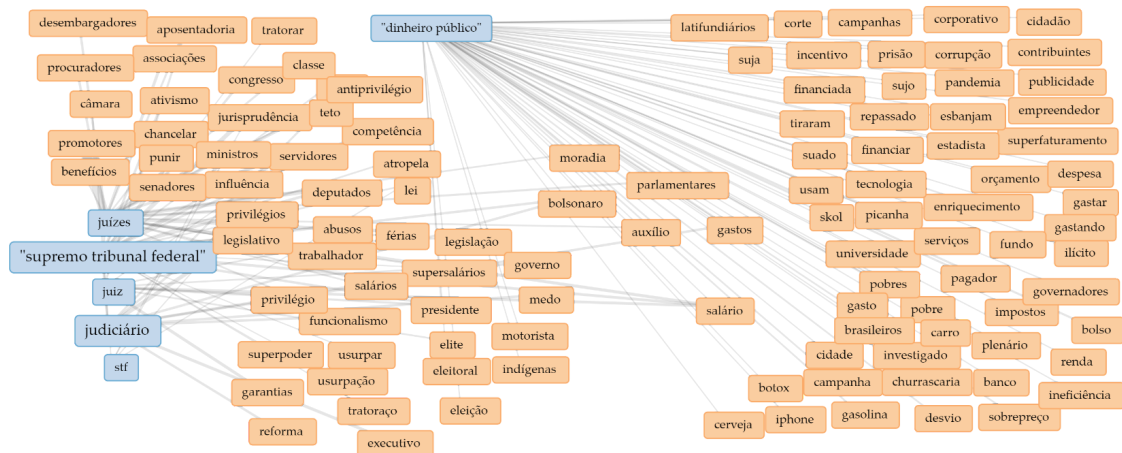
Consideradas as unidades de registro mais frequentes (expostas nas nuvens de palavras 1 e 2), foram elaboradas as categorias orientadoras da análise a partir da relação direta destas com suas devidas co-ocorrências localizadas nos documentos. Assim, foram estabelecidas as seguintes categorias: medidas neoliberais de privatização e reorientação do Estado para a privatização; afirmação de um inimigo que deve ser combatido, representado pela imagem do PT, em particular, e pela esquerda brasileira no geral; combate ao uso do dinheiro público pela classe política tradicional legislativa, executiva e do judiciário, entendido como um gasto excessivo e imoral; apelo ao povo; defesa sistemática de um Estado punitivo.



Fonte: elaborado pelo próprio autor com o uso da ferramenta do Voyant Tools (Sinclair e Rockwell, 2024).

A construção da imagem anti esquerda, acompanhada desse movimento de negação e desmoralização do outro, também aparece da mesma forma com um combate ao uso do dinheiro público excessivo e “imoral” pela classe política tradicional, legislativa e executiva e do judiciário. Procurando fazer esse mesmo movimento, a observância de termos como “dinheiro público” como objeto de corte desses atores, foram dispostas suas diversas co-ocorrências:

Gráfico 5 – Links dos termos “dinheiro público”, “juízes”, “juiz”, “judiciário” e “stf” para os discursos de Kim Kataguiri



Fonte: elaborado pelo próprio autor com o uso da ferramenta do Voyant Tools (Sinclair e Rockwell, 2024).

Gráfico 6 – Links dos termos “salário”, “imposto”, “estado” e “dinheiro público” para os discursos de Arthur do Val

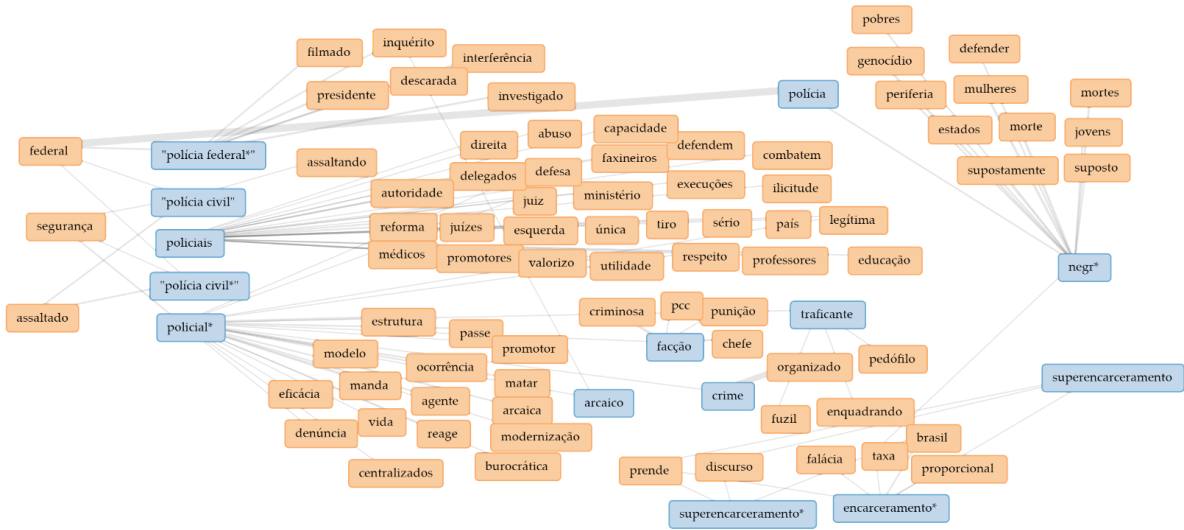


Fonte: elaborado pelo próprio autor com o uso da ferramenta do Voyant Tools (Sinclair e Rockwell, 2024)

Na sequência, entendendo as medidas neoliberais apresentadas como soluções para as distintas demandas do indivíduo e, como já citado, a incitação contra agentes e servidores públicos, como afirma Laclau (2001), unidas numa cadeia de equivalências por meio de um significante vazio sob o seu aspecto “corrupto”. Além da corrupção, como será abordada a seguir, há também termos que se referem a população perpassam desde a denominação de “povo” como já prevista na teoria laclauiana, mas está fortemente ligada ao aspecto de consumidor dos sujeitos, relacionado a todo momento com “impostos” e “pagador de impostos”. Ao mesmo tempo que sustenta a narrativa a favor de medidas neoliberais, desconfigura e deslegitima o uso do dinheiro público, transformando o imposto e derivações que prejudicam o consumo individual como “inimigos” do povo. Isso pode ser observado na relação dos seguintes termos e suas co-ocorrências:

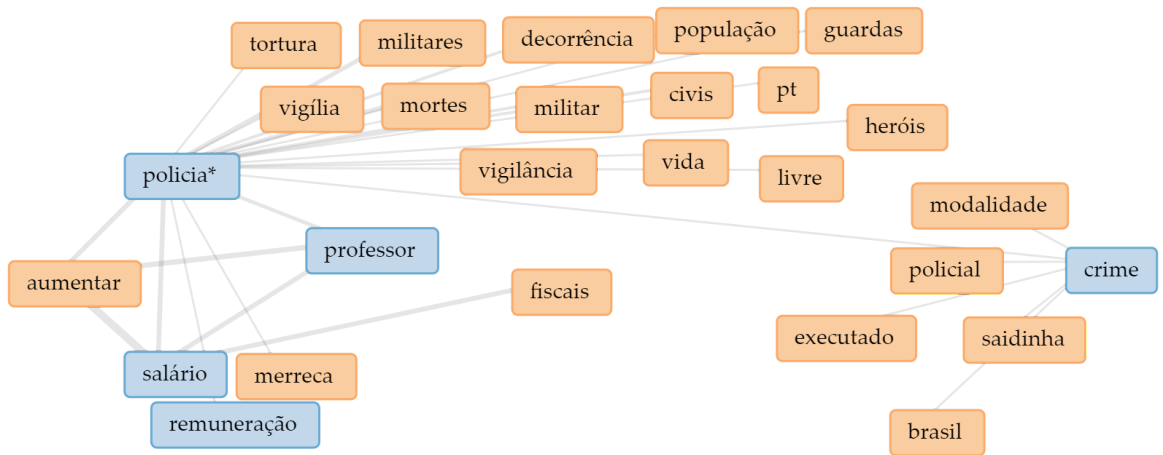
Gráfico 7 – Links dos termos “pobre”, “pagador de impostos”, “população”, “trabalhador”, “sociedade”, “cidadãos” e “povo brasileiro” para os discursos de Kim Kataguiri

“encarceramento/superencarceramento”, “negro(a)s” para os discursos de Kim Kataguiri



Fonte: elaborado pelo próprio autor com o uso da ferramenta do Voyant Tools (Sinclair e Rockwell, 2024)

Gráfico 10 – Links dos termos “polícia” e correlatos e “crime” para os discursos de Arthur do Val



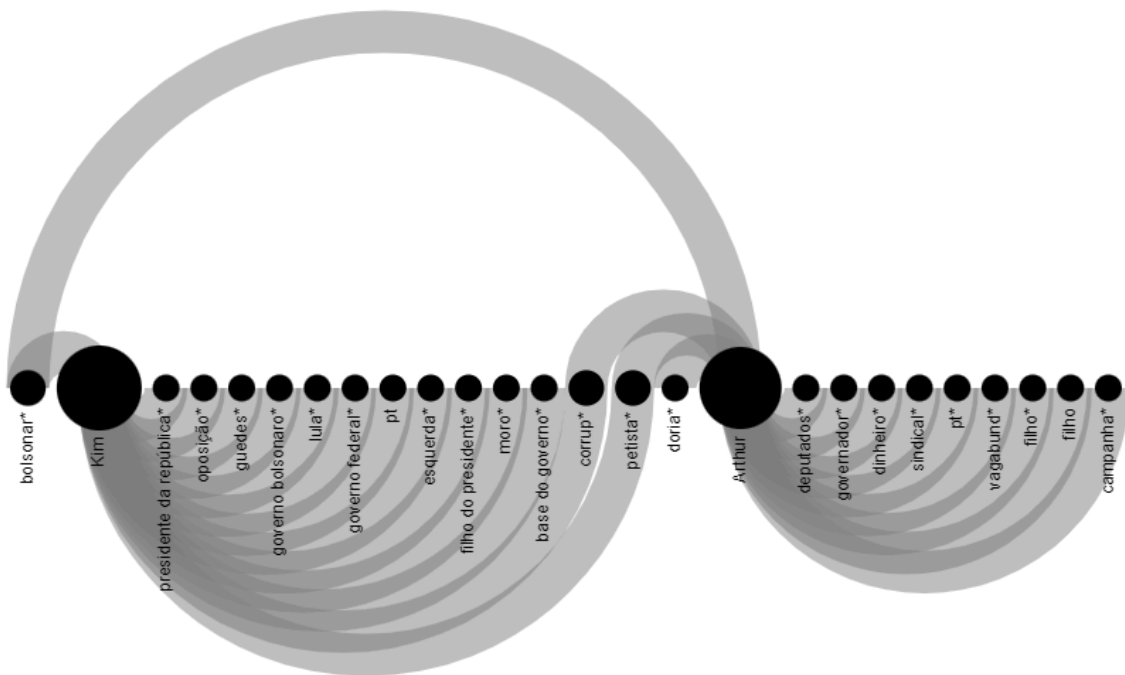
Fonte: elaborado pelo próprio autor com o uso da ferramenta do Voyant Tools (Sinclair e Rockwell, 2024).

Já no enfoque sobre a compreensão da associação e permanência dos atores sob as figuras do Executivo, diante desse aspecto, segundo os gráficos a seguir, as figuras de Jair Bolsonaro e João Doria, como escreve Laclau (2001), são aglutinados em uma cadeia de equivalência, entre “oposição-corrupção-bolsonarismo/dória” que implica na desmoralização de tudo

Fonte: elaborado pelo próprio autor com o uso da ferramenta do Voyant Tools (Sinclair e Rockwell, 2024).

Considerando os termos referentes aos gráficos 11 e 12, além da inferência dessa cadeia de equivalência, ambos os representantes aderem uma composição temática semelhante significativa. Comparando os dois corpus, obtém-se:

Gráfico 13 – Diagrama de arcos entre correlações temáticas dos discursos de Kim Kataguiri e Arthur do Val



Fonte: elaborado pelo próprio autor com o uso da ferramenta do RawGraphs a partir do cruzamento dos corpus do Voyant Tools.

As categorias identificadas articulam-se em um conjunto discursivo coeso que reproduz e atualiza os principais pilares retóricos do bolsonarismo, ainda que os parlamentares analisem criticamente, em certos momentos, figuras do próprio campo governista, como Jair Bolsonaro e João Doria. Essa ambiguidade estratégica, como discutido por Ernesto Laclau (2001), caracteriza uma lógica discursiva populista, na qual múltiplas demandas sociais fragmentadas são articuladas em uma cadeia de equivalência em torno de significantes vazios — como “corrupção”, “Estado ineficiente”, “classe política” e “petismo” — que permitem a mobilização de antagonismos. São evidenciados o comprometimento contínuo com a agenda voltada para o aprofundamento do projeto de Estado mínimo, marcada por projetos

de cunho previdenciário, administrativo e tributário, alinhados ao receituário neoliberal.

Em paralelo, a oposição é construída discursivamente como obstáculo moral e técnico ao progresso — frequentemente associada à corrupção, à obstrução e ao desperdício do dinheiro público. Ao lado disso, a figura do “povo”, constantemente evocada em seus discursos, é reduzida à dimensão fiscal e meritocrática, sendo representada quase exclusivamente como “pagador de impostos”, reforçando uma ideia de cidadania restrita ao consumo e ao sacrifício individual. Outro elemento relevante é a contradição entre o apelo à redução do Estado e a defesa simultânea de um aparato de segurança pública robusto, revelando a adesão a um modelo de Estado mínimo nas políticas sociais e econômicas, mas máximo em sua capacidade punitiva.

Na lógica do discurso punitivo, a retórica de criminalização seletiva e reforço de um imaginário de combate à ameaça interna são o cerne das discussões, o que contribui para a legitimação de práticas de encarceramento e repressão estatal, em consonância com a política de segurança pública adotada no bolsonarismo no período, como o pacote anti crime do então ministro da Justiça Sérgio Moro. Finalmente, a associação discursiva entre as figuras da esquerda tradicional (como PT, Dilma Rousseff e Lula), do bolsonarismo e de gestores de direita como Doria a termos como “corrupção” revela uma operação discursiva de esvaziamento ideológico em favor de uma suposta neutralidade técnica e moral (Laclau e Mouffe, 2015; Laclau, 2001; Mendonça, 2012).

Nesse contexto, tanto Bolsonaro quanto seus adversários são incorporados à mesma cadeia de equivalência, o que permite aos parlamentares reforçar sua posição como representantes da “nova política” — mais moral, mais eficiente e mais conectada com o “cidadão comum”. Dessa forma, embora com variações pontuais na forma e nos alvos de crítica, os discursos de Kim Kataguirí e Arthur do Val compartilham um mesmo horizonte político-discursivo de polemização. Este é marcado por uma racionalidade neoliberal, dotada da retórica contra os meios e atores da política institucional e articulação populista que responde às instabilidades do cenário sociopolítico brasileiro recente.

Assim, ambos os parlamentares operam na manutenção e reinvenção de um discurso de direita liberal-populista, na busca da legitimação ao conjugar tecnicismo, moralismo e combate ao sistema político tradicional. A análise sugere, portanto, que

há uma continuidade significativa entre as práticas discursivas do MBL e os desdobramentos do bolsonarismo no parlamento, revelando a plasticidade e a resiliência desse campo político mesmo diante de mudanças conjunturais e embates internos de disputa dentro do campo da direita, minando categorias como “nova direita” como discutida posteriormente na análise de discurso.

4 ANÁLISE DE DISCURSO: REFLEXÕES TEÓRICAS

A discussão teórico-metodológica em torno da Teoria do Discurso (TD) que foi elaborada por expoentes do campo (Laclau, 2001; 1986; Foucault, 1987; 1971; 1999) tem como pilar o pressuposto antiessencialista, o qual prevê que ao contrário da perspectiva que enxerga as identidades e categorias como dadas e imutáveis — isto é, são essencialistas —, a TD adota uma perspectiva que considera a construção social das identidades e a contextualidade das relações sociais (contingentes, em movimento). Isso pressupõe que a linguagem e seus constitutivos não apenas descrevem, mas também constroem a realidade social, ou seja, o discurso produz os desdobramentos sociais e políticos, mas também é atingido por essas estruturas, sendo um processo dinâmico.

Laclau (1986) posiciona o discurso enquanto categoria que inclui aspectos além da linguagem propriamente dita, englobando práticas sociais e estruturas de poder, ou seja, vê uma simbiose entre o linguístico e o extralinguístico (expressões faciais, sexo, idade, grupo, circunstâncias sociais, históricas, culturais, ou seja, ideologias). Isso se faz relevante na medida que o Movimento Brasil Livre possui lideranças provenientes de uma onda populista histórica nos partidos de direita no Brasil.

Como observa Silva (2020), o Movimento Brasil Livre e outras organizações de direita neopopulistas se derivam da mesma fonte ideológica conservadora de grupos e partidos dos anos 80, calcada no mesmo princípio supostamente antissistêmico: “O combate à oligarquia dominante era em nome da regeneração da política e construção de um Estado nacional e centralizado, pois esta não observava os princípios da representação e da justiça” (Silva, 2020, p. 23).

Nesse sentido, há uma dependência de trajetória (Hall e Taylor, 2003) de origem histórica, relacionada à própria construção dos partidos democráticos que se estabeleceram entre 1945 e 1964, em especial, o moralismo udenista (Benevides, 1980). O udenismo surgiu como um partido liberal contrário as decisões e movimentos populistas da sua época, evocando um discurso político que possuía enquanto características o moralismo contra a corrupção administrativa (Benevides, 1980, p. 207) e com forte apelo ao elitismo, liberalismo e bacharelismo (Benevides, 1980, p. 207), constituindo o perfil ideológico udenista perante o público como aquele que “se revela progressista no que se opõe e reacionária no que propõe” (Benevides, 1980, p. 218).

Alguns elementos dessa retórica udenista são observados no discurso do MBL, como o moralismo excessivo expresso na identificação de um inimigo que deve ser combatido, representado pela imagem do PT e da esquerda brasileira no geral, e no combate ao uso do dinheiro público, considerado excessivo e imoral; no liberalismo incisivo por meio de medidas neoliberais de privatização e reorientação do Estado para a privatização, reorganização administrativa em favor do mercado e uso da força de um Estado punitivo; e, sobretudo, o elitismo e populismo na fala, ao se colocarem como os defensores da verdade do povo (apelo ao povo).

Desse modo, as pautas identificadas transpassam o tempo histórico e sustentam um mesmo discurso com origens ideológicas dominantes e conservadoras, ainda que se reconheça a produção do discurso do presente atingido pelo contexto histórico. Há necessidade de legitimidade, uma vez que são de grupos de extrema-direita em uma circunstância histórico-política distinta, marcada pelo agravamento do desequilíbrio e incompatibilidade entre democracia e neoliberalismo (Saad e Morais, 2019). Sobre isso, Laclau (2015) delimita o conceito de articulação como central para legitimação de um discurso: geralmente, uma ou mais pautas são ideologicamente selecionadas e falseadas em um ponto nodal de demandas irrestritas e contraditórias, mas que constituem uma cadeia de equivalências que possibilitam o discurso ser aceito ou legítimo.

À luz desse conceito de articulação laclauiano, no caso do MBL, ao negar o outro posicionado como a esquerda social-democrata brasileira enquanto elemento antagônico histórico, há, de acordo com os temas posicionados e suas correlações, uma aglutinação entre atores da oposição (disputa sobretudo ideológica, de constituir visões de mundo) e atores nos quais há divergências internas de organização e representação da direita, como a mudança no tom de aprovação para reprovação e rechaçamento de medidas de Bolsonaro em um contexto crítico da pandemia e, portanto, uma disputa de discurso conjuntural na conquista de espaço público.

Os atores do MBL unem discursivamente esses dois tipos de grupos distintos a um único discurso e buscam legitimidade, através de um significante vazio comum (o ponto nodal) já manifestado em outros discursos, identificado previamente como a desmoralização, ou como reconhecido por várias circunstâncias externas de construção de narrativa histórica dominante, como a corrupção dos atores políticos sob o ponto de vista da moral individual, comum da base do governo de Jair

Bolsonaro, elaborando na sua narrativa “profunda rejeição das elites políticas tradicionais pela maioria dos eleitores”. (Moisés e Weffort, 2020).

Embora não constitua, em si mesma, um indicador substantivo de variação significativa no ganho político, o trabalho discursivo incisivo com contradições latentes entre esses dois grupos, já enfatizadas midiaticamente (o petismo e bolsonarismo), trouxe mais relevância a esse tipo de narrativa antissistêmica a atores e projetos ligados à extrema-direita, se apresentando como uma alternativa ao se colocar como moralmente absolutos nessa disputa, como será discutido a seguir.

Nesse sentido, a articulação de diferentes demandas sob uma dinâmica midiática irrequieta em um único projeto ideológico, comunica e produz, nas entrelinhas da polêmica, discursos que adensam um conjunto de ações unidirecionais, e expõe o objetivo de ideais e valores no campo político dominante, isto é, tecem a imagem de uma utopia política que, como afirma Bourdieu (2001), age como poder simbólico de “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo, e deste modo, a ação sobre o mundo” (Bourdieu, 2001, p. 174). Assim, o poder do discurso enquanto construtor de um horizonte utópico para as massas, frente a uma crise da democracia generalizada (Levitsky e Ziblatt, 2018) segue sendo fundamental na manutenção de hegemonia de grupos dominantes, uma vez que projeta um horizonte de mundo possível do neoliberalismo, disfarçando a sua crise iminente:

A não evolução do capitalismo nesse sentido, bem como a complexidade crescente da estrutura de classes nas sociedades industriais avançadas, tornaram a divisão de classes, enquanto princípio constitutivo de uma fronteira social interna, cada vez menos eficaz em seus efeitos e cada vez mais dependente de formas contingentes de construção política. Definindo-se de outra forma, a partir deste ponto, a política sem articulação e hegemonia tornou-se impossível. A transição para esta nova forma de política implica numa mudança decisiva: a transformação do papel do imaginário político. Assim denominamos o conjunto de significados que, no âmbito de um determinado complexo ideológico-discursivo, operem como um horizonte, ou seja, como o momento de totalização equivalente de várias confrontações e lutas parciais. (Laclau, 1986, p. 5).

Foucault (1971), por exemplo, contribui conceituando que o discurso é perigoso porque não é apenas um reflexo neutro da realidade, mas sim uma força motriz que pode criar, moldar e destruir. Pela independência de produção da realidade, pode se reproduzir e ao multiplicar-se, o discurso ameaça desestabilizar

as ordens existentes, gerando descontinuidades e expondo o carácter contingente e arbitrário das normas e verdades. O discurso não demonstra somente o desejo de dominação daquele que o comunica, mas também é a projeção concreta do poder em um tempo histórico:

O discurso, aparentemente, pode até nem ser nada de por aí além, mas no entanto, os interditos que o atingem, revelam, cedo, de imediato, o seu vínculo ao desejo e ao poder. E com isso não há com que admirarmo-nos: uma vez que o discurso — a psicanálise mostrou-o —, não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objecto do desejo; e porque — e isso a história desde sempre o ensinou — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos. (Foucault, 1971, p. 2)

Assim, observar o discurso a partir de uma lógica antiessencialista que considera a luta pela hegemonia através da ideologia e a luta pelo poder, englobando várias dimensões da vida social, estabelece um meio de percepção macro discursiva e relacional no plano histórico de formação, bem como analisa as categorias discursivas sob instabilidade, que se articulam e se desarticulam ao longo do tempo, dando ênfase à luta hegemônica, isto é, oferece uma visão abrangente da disputa de narrativa e da sua relação com o extralinguístico e as lutas políticas históricas, sendo esse aspecto central para a análise.

Essa posição de atores jovens oferecendo uma nova cara à política brasileira (Ferreira, 2019b) provém de uma construção ideológica da direita conservadora no Brasil (Silva, 2020) e integram, um sistema de projeção simbólica dominante neoliberal global que, desde 1990, se colocou como protagonista do desenvolvimento da humanidade e distribuiu socialmente os riscos produzidos, criando uma naturalização da crise nos sujeitos. O MBL é parte de uma nova era digital que garante que a elaboração discursiva parlamentar se reproduza como espetáculo midiático, sendo os temas previamente identificados de modo “grandioso, positivo, indiscutível” (Debord, 1997, p. 17).

Para se manter enquanto hegemonia, as figuras políticas neoliberais se sustentam em uma espécie de fundo ideológico projetado naquilo que Fukuyama (2006) chamou de fim da história, posicionando que o problema da humanidade pós-queda das forças socialistas não eram as desigualdades causadas pelo capitalismo, mas sim, em como os políticos deveriam reafirmar, em cada um dos Estados democráticos, os compromissos políticos e econômicos veiculados a ideia de uma economia neoliberal antiestatista, uma vez que o capitalismo era a guinada

final do desenvolvimento cultural, político, social e econômico dos seres humanos e a conformidade com o Estado mínimo seria o único caminho possível, uma vez que derrotaram os socialistas:

Por que não cortar gastos, cortar supersalários e vender prédios públicos que hoje só geram gastos? Por que não enxugar a máquina pública, em vez de jogar esse custo nas nossas exportações, nas nossas empresas, no nosso agronegócio? Por que diminuir a nossa competitividade num momento de crise? (Kataguirí, 2019b).

Essa colocação demonstra o quanto o imaginário de ideia vencedora enquanto elemento propagandista da ideologia neoliberal está colocado no discurso: ao articular diferentes demandas sob a bandeira da competitividade e da eficiência, o ator busca estabelecer seu projeto político como hegemônico (Laclau, 1986), isolando outras visões, como investimentos públicos ou políticas de proteção social. Isso está diretamente relacionado à narrativa antipetista e neopopulista colocada nos temas da análise de conteúdo, uma vez que isola a visão de mundo como indiscutível, uma vez que utiliza a retórica como vontade do povo, promovendo a desvalorização de outrem, e reduzindo o debate e, conseqüentemente, gera uma depreciação da política deliberativa enquanto parte do procedimento democrático. Isso também pode ser observado em mais um exemplo:

Então, se tem uma coisa que o PT sabe fazer é criar cargo para colocar seus amiguinhos para ganhar salários acima do que o trabalhador comum ganha. Além disso, o trabalho é ruim. Ainda se nós desconsiderarmos os dois primeiros argumentos acima, o projeto é deontologicamente ruim, eles colocam mais um peso, uma vigília extra sobre uma atuação policial acerca de algo que não há o menor indício de que esteja ocorrendo nos dias de hoje, que é a tortura. Um policial é executado pelo crime a cada cinco dias em nosso Estado. O que o PT fez em relação a isso? Nada. Nos últimos 20 anos, foram mais de 1.000 crimes nesse sentido, espanta que, para o PT, a vida do policial é descartável. (Val, 2019).

Já em segundo lugar, deve-se entender o discurso como não só resultado das disputas políticas mas também como construtor da prática política: Foucault (1971) coloca que grupos e atores escondem a vontade de verdade daquilo que eles próprios definem como real, demonstrando como esses discursos políticos dominantes são contraditórios e que escapam, muitas vezes, do poder que desejam e da realidade que projetam.

A questão do Estado reforçado no âmbito punitivo e o desmantelamento dos direitos trabalhistas garantidos pelo Estado, é o exemplo objetivo de como o discurso reacionário é necessariamente contraditório, sendo parte do processo de salvação do neoliberalismo, que precisa se reafirmar, cada vez mais, como um

liberalismo autoritário, isto é, conduzir um jogo político recíproco que haja “limitação do perímetro da decisão política pela proibição econômica (vertente liberal) associa-se uma restrição dos meios de pressão subalterna sobre a tomada de decisão política (vertente propriamente autoritária)” (Chamayou, 2020, p. 391). Um dos meios de garantir essa reciprocidade está naquilo por meio do qual o MBL obtém mais legitimidade: a estratégia midiática de polemização, que media o controle dessa reciprocidade (explicado mais à frente). Dessa forma, surgem retóricas de contradição como, por exemplo, o elemento moralista conservador que reforça a violência e garante a impunidade:

Como nós prendemos muito, se a maior parte dos criminosos está à solta? Como nós prendemos muito, se a maior parte daqueles que deveriam ser punidos continuam impunes, sejam aqueles que cometem crimes de colarinho branco, sejam aqueles criminosos que andam com o revólver na cinta? Como nós prendemos muito, se a maior parte dos criminosos está fora da cadeia? (Kataguirí, 2019c).

Eu pergunto: o que há de escravidão em simplesmente liberar a atividade de baixo risco; em simplesmente permitir que o microempreendedor, que o pequeno empreendedor, que o homem que sustenta a família com dignidade, vendendo água no semáforo, que a mulher que vende bolo em frente à universidade, em frente à escola, deixe de precisar de licença para trabalhar, deixe de precisar da permissão do Governo, da permissão do Estado para trabalhar? (Kataguirí, 2019a)

A prática discursiva sob o olhar de Foucault (1971) demonstra que há uma espécie de controle como constrangimento e exclusão, isto é, enfatiza-se que há um sistema de controle do acesso ao discurso o qual limita quem pode falar, criando exclusões baseadas em qualificações, rituais e pertencimento a grupos específicos: o movimento oferece formação aos eleitores conforme seus valores e princípios sob a Academia MBL e a própria rede de notícias veiculadas ao perfil do movimento e seus atores em todas as redes sociais, por meio das quais cria uma espécie de comunidade que se distribuiu pelo legislativo em 2018 e que em 2025, começa a sair do papel através da criação do partido.

Esses rituais discursivos, por mais que distorçam a realidade dos fatos e se demonstrem contraditórios, garantem que o bombardeamento de informação seja transmitido por essas redes de disseminação massiva, no qual o próprio político é o comunicador e propagador das suas ideias, especialmente daquelas proferidas em parlamento, de modo que não haja perda do seu poder ou legitimidade, preservando a autoridade do discurso.

Como posiciona Ferreira (2019a), o discurso é mais do que uma simples

expressão verbal ou escrita, isto é, a prática discursiva é resultado e produtora de práticas sociais concretas e sempre está envolto em tentativas (uma vez que são instáveis) de abrangência sob o cosmos social. Uma vez que o discurso é estruturado e estruturante do social, quando se pensa em um contexto político, cabe inferir-se que há uma pretensão de analisar a política também por um olhar sócio-histórico. Bourdieu (2012) reconhece que apesar das ideologias serem uma síntese importante para transmitir um conjunto de ideias enviesadas de uma classe sobre o cosmos social, posiciona que o campo político se fortalece a partir de suas próprias regras internas, separando aqueles que são legítimos e os profanos, sendo a busca da verdade entendida como uma busca da legitimidade interna.

Em uma narrativa histórico-midiática marcada pelo rebaixamento da esquerda institucional e das suas problemáticas estruturais nas últimas décadas sob o Partido dos Trabalhadores (Singer, 2018), o papel do profano ou ainda daqueles que são os rejeitados, excluídos, deslegitimados, imorais é encurralado por essas lideranças da nova extrema-direita no Brasil e, quando se desagradam com os atores do próprio campo ideológico, a narrativa já construída historicamente da desmoralização (e conseqüente despolitização) deu também suporte para uma tentativa de construção da narrativa de distanciamento do Executivo (governo Bolsonaro), em momentos de impopularidade.

Isso quer dizer que as práticas discursivas possuem origens e colocações ideológicas, mas também, fundamentalmente circunstanciais (Foucault, 1971; Habermas, 2023): os discursos não são neutros, eles carregam visões de mundo, valores e interesses de grupos sociais específicos, mas também, ligados ao contexto histórico, social e político em que são produzidos. Eles respondem a situações específicas, como crises econômicas, mudanças culturais ou conflitos políticos. Isso demonstra como o contexto crítico da pandemia de 2020 provocou, na postura de liderança de Kim Kataguiri (reconhecido aqui como a principal liderança do MBL e também a figura mais moderada), uma mudança considerável de postura tornando-se oposição à base do governo Bolsonaro, adotando uma perspectiva mais contida, em face do negacionismo durante a pandemia de Covid 19:

Como o Ministro Mandetta diz, o coronavírus não ataca simplesmente as pessoas que se infectam com ele, mas ataca o sistema de saúde, o sistema de abastecimento. Então, não só aquelas pessoas do grupo de risco do coronavírus estão em risco, mas todos aqueles que eventualmente precisem ser atendidos algum dia pelo sistema de saúde. Com o colapso desse sistema devido ao

coronavírus, todos estão em risco. Então, o que pudermos fazer para manter o isolamento nós faremos aqui no Parlamento. (Kataguirí, 2020b).

Por mais que se aproxime ideologicamente do bolsonarismo, há uma preocupação sob a manutenção da legitimidade dentro das regras do jogo político tradicional, sobretudo ao uso de uma política deliberativa essencialmente midiática, que é essencialmente da preservação da imagem e popularidade (política de palco e a sua espetacularização) para garantir a legitimidade necessária (Bourdieu, 2012). Vale ressaltar que a projeção no discurso reacionário por políticos cada vez mais ligados à extrema-direita e, sobretudo, a conquista de legitimidade pública, está relacionado também ao campo discursivo desocupado pela falha estrutural e segmentária da esquerda institucional na disputa de apoio social, caracterizando, em outras palavras, uma crise de práxis e de fragmentação, sendo uma perda política histórica significativa da esquerda política brasileira (Fernandes, 2019).

Apesar da observação se concentrar nos discursos institucionais, no decorrer da compreensão do padrão discursivo do MBL, é impossível recusar a separação entre sociedade real e sociedade cibernética: esses novos movimentos de direita se afirmam diante de uma sociedade da simbiose entre o real e o virtual, afundada em rede (Castells, 2003), e conseqüentemente, de uma política que disputa o cibernético como campo real. Os discursos institucionais ultrapassam essa barreira do espaço comum e se espetaculariza (Kataguirí, 2024) em recortes midiáticos de discursos institucionais que são publicizados através das redes sociais, como ferramenta propagandista sob um corte enviesado, destacando o mais importante: a polêmica.

Em tempos de imediatismo do discurso na realidade cibernética (Castells, 2003; Simon, 1971; Wu, 2016), a polemização é central em uma época da economia da atenção (Simon, 1971) que categorizou o excesso de informações não como um novo passo democrático na humanidade, mas como um espaço de disputa da atenção e tempo de mentes. As *big techs* facilitam esse movimento de viralização por aquilo que desperta ódio e conseqüentemente vira polêmica, e não seria diferente no campo político: a rapidez de conteúdos faz com que haja uma redução da qualidade do conteúdo, ou seja, para atrair atenção, muitas vezes prioriza-se o sensacionalismo em detrimento da veracidade (Wu, 2016).

O impacto da nova mídia digital vem se demonstrando relevante no desmonte esfera deliberativa democrática (Habermas, 2023), e o espaço do parlamento se

transforma em espaço de criação de conteúdo digital, que agora, sem regulação e checagem de informações (BBC News Brasil, 2025), demonstra suscetibilidade para projeção de conteúdos antidemocráticos. Assim a deliberação enquanto mecanismo de manutenção da democracia sofre perda qualitativa à medida em que esses grupos “rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; negam a legitimidade de oponentes; toleram e encorajam a violência; e dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes.” (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 21-22). Isso transformou as dinâmicas políticas institucionais que fomentam a brutalização da base valorativa neoliberal, sendo o apelo à performance polêmica do discurso em prol da velocidade de capturar mentes, assunto que Bourdieu (1996) já descrevia sobre a televisão como produtor de ideias prontas para a venda, chamada de “*fast-thinking*” (Bourdieu, 1996, p. 38).

O efeito do discurso parlamentar produzido para a sua replicação midiática na *internet*, como já apontado em estudos anteriores sobre o MBL está calcado no pânico moral sob narrativas contra grupos marginalizados (Wodak, 2015). Isso significa que eles reproduzem midiaticamente uma reação exagerada e alarmista frente a grupos subalternizados (imigrantes, refugiados, povos indígenas, pessoas LGBTQIA+, feministas, entre outros) ou comportamento visto como uma ameaça à ordem moral masculinista e capitalista. Segundo Wodak (2015), segundo a autora, neopopulistas da extrema-direita deliberadamente provocam esses pânicos morais para justificar políticas excludentes e autoritárias, canalizando o medo social para ganhar apoio político.

Dessa forma, discursos populistas de direita no parlamento são construídos para serem amplificados na mídia digital e, nesse processo, funcionam como gatilhos de pânicos morais contra grupos marginalizados. Isso é feito com o objetivo de manipular o medo coletivo, justificar políticas discriminatórias e mobilizar apoio político, explorando profundamente os mecanismos emocionais da comunicação pública contemporânea. Isso se insere no público através de uma construção ideológica de indivíduo passivo no meio cibernético, que somente deve receber essas ideias pré-fabricadas (Bourdieu, 1996), dando uma impressão falsa de participação democrática no debate da esfera pública e da aparente distância calcada entre mídias e grupos políticos tradicionais.

Pelo próprio caráter monopolista e compromisso estrutural das mídias sociais com o capitalismo neoliberal, Miguel (2002) coloca que, apesar da política operar em

uma lógica interna específica, posiciona como a *internet* possibilita que os agentes da política, que já adotaram mecanismos de operação econômica na execução dos processos públicos, direcionassem e conduzissem o debate público com mais assertividade e eficiência, minando a unidirecionalidade da mídia tradicional: os consumidores dos meios de comunicação passaram a serem também veículos próprios dessas ideias (em especial, os atores políticos), sendo uma arma poderosa de fechamento e rigidez de grupos em “câmaras de eco fragmentadas e que giram em torno de si mesmas” (Habermas, p. 61, 2023).

Conseqüentemente, o tema mais frequente nos discursos dos parlamentares do MBL está centrado nas proposições práticas, baseadas em uma reafirmação normativa de valores ultraliberais nos quais a esfera individual deve ser independente da esfera do controle social e do Estado e que positivam, para a produção de consenso, um resgate da liberdade positiva (Berlin, 1958), na qual há o reforço de políticas que trabalhem a capacidade de agir de acordo com a própria vontade, ser autônomo e autodeterminado; liberdade para algo, ou seja, para a realização do potencial individual, da fluidez; da existência de um valor social supremo o qual todos os demais valores deveriam estar subordinados, e de um fim último, para o qual todos os membros da sociedade deveriam se dirigir.

Esses tipos de discursos parlamentares estão atravessado por uma lógica anterior própria do que Chamayou (2020) denomina liberalismo autoritário — um modelo de governamentalidade que reage à ampliação da participação democrática e à contestação social com uma contraofensiva discursiva e política que visa limitar o poder popular, ao mesmo tempo que reforça o poder econômico privado.

Diante das mobilizações sociais e críticas ao capital, elites econômicas e setores dirigentes passaram a construir uma retórica de “fobia do Estado” (Chamayou, 2020), em que o aparato público é retratado como ineficiente, inchado e fonte de todos os males sociais. Essa retórica, no entanto, não se volta contra o Estado em si, mas contra um determinado tipo de Estado — aquele que regula, redistribui ou assegura direitos sociais. A crítica ao “Estado grande”, nesse contexto, serve para legitimar cortes, privatizações e a despolitização das decisões econômicas, preservando, contraditoriamente, uma atuação estatal forte em defesa do capital.

É nesse quadro que se compreende a atuação do que Chamayou chama de neoliberalismo como “contra-ofensiva”: uma racionalidade política que, embora

critique a intervenção estatal, defende uma intervenção autoritária e seletiva — repressiva em relação aos trabalhadores e movimentos sociais, mas permissiva e garantidora para os interesses do mercado. Assim, a liberdade celebrada não é a liberdade política ou civil, mas a liberdade de circulação do capital, mesmo que isso implique restringir outras formas de liberdade e participação democrática.

Esse diagnóstico nos permite compreender como discursos parlamentares que parecem “técnicos” ou “neutros” em relação à desigualdade na verdade estão embasados numa narrativa ideológica profundamente estruturada, em que o Estado é culpabilizado pelo que deveria combater, e as soluções apontadas reforçam ainda mais a retirada de direitos e o esvaziamento da política como campo de disputa social. Essa retórica discursiva manipulativa, calcada na política propriamente de Estado de reafirmação da própria liberdade de não-restrição para o capital, está “inclusive sob formas autoritárias, desde que esse Estado permaneça liberal no plano econômico”. (Chamayou, 2020, p. 392),

É nesse contexto que se insere a seguinte fala, proferida por um deputado em defesa da reforma administrativa:

Sra. Presidente, durante esta semana, diversos protestos contra a reforma administrativa fracassaram aqui na Câmara dos Deputados e no Ministério da Economia. Isso, para mim, é um sinal bastante claro de que até a elite do funcionalismo público já entendeu que é preciso, sim, promover uma reforma, justamente pela razão que é tão dita neste plenário principalmente por Parlamentares de oposição: o nosso País é um dos países mais desiguais do mundo. E essa desigualdade social é causada pelo gasto público, sobretudo pelos altos salários da elite do funcionalismo público. Quem diz isso não sou eu, é o índice de desigualdade social, é o coeficiente de Gini, que, durante os últimos 5 anos, caiu de 0,44 para 0,37 no setor privado e, no setor público, caiu só de 0,48 para 0,46. Ou seja, o gasto público no Brasil gera desigualdade social. Muitos Parlamentares aqui dizem: "Não, mais investimento, mais gasto público! Vamos aumentar os gastos. Vamos aumentar os salários. Vamos aumentar o que o Governo gasta para reduzir a desigualdade". Em outros países, para se reduzir a desigualdade, começa-se com os gastos públicos. No Brasil, o setor público é a resistência a se diminuir a desigualdade social. (Kataguirí, 2020a).

Isso é de grande impacto político em uma era cibernética, onde cada vez mais os sujeitos são direcionados pela máquina dominante sobre quais devem ser as suas preferências, sob um molde de um “eu” supervalorizado e autogestado. Como escrevem Dardot e Laval (2016), a composição do processo hegemônico do neoliberalismo no Brasil é, antes de tudo, estratégica: esse modelo econômico ultrapassa a barreira da economia e se constitui como uma nova razão do mundo, ou seja, onde a razão neoliberal governa, coloniza a vida humana na sua totalidade

(corpo e mente) através do discurso. Desse modo, em tempos em que são feitos discursos que desmoralizam e desqualificam o outro, entende-se que a compreensão dessa conjuntura política antissistema está, na verdade, direcionada a um projeto de Estado calcado no conservadorismo e no reacionarismo.

Essa dinâmica produz e engendra uma noção de democracia arrasada, ou seja, um processo de desdemocratização estrutural, em que o princípio da soberania popular é corroído por uma racionalidade que não somente recusa qualquer interferência pública no domínio do mercado, mas produz um Estado voltado ao mercado, conceituado como anti democratismo: “o direito privado deveria ser isentado de qualquer deliberação e qualquer controle, mesmo sob a forma do sufrágio universal” (Dardot e Laval, 2016, p. 8). A projeção discursiva está diretamente associada à disseminação dessa racionalidade neoliberal, projetando inimigos falsos daquele que é o maior operante e organizador da vida social, o mercado, representado na figura dos empreendedores e empresários.

Eles interferem estrategicamente na percepção ética dos indivíduos sobre si mesmos e sobre o mundo (Dardot e Laval, 2016), redefinindo de forma fluida suas identidades e pré-determinando o que deve ou não ser considerado de interesse coletivo na esfera política, se consolidando como representações que promovem política de controle e conformação social, sendo um passo regressivo para a autonomia política dos sujeitos. Segue um exemplo que reforça a intenção retórica de reforço desta racionalidade neoliberal:

(...) A intenção do empreendedor, como a do Deputado Alexis, é ganhar dinheiro, é ter lucro, é ter uma vida boa para a sua família comprar um bom carro, comprar uma mansão. Não sei se o Deputado Alexis quer ter uma lancha, mas, se quiser também comprar uma lancha, não há problema nenhum. Agora, qual é o resultado da ação dele? É gerar emprego, é gerar renda, é gerar imposto, é melhorar a vida de cada um dos seus funcionários, que estariam piores sem a existência da empresa dele. Então, o capitalismo parte até de uma premissa hobbesiana, a de que o homem é mau, é ganancioso, a de que precisa existir Estado justamente para controlar a ganância, para controlar essa natureza malvada do homem. E é justamente por acreditar na ganância do próprio homem que o capitalismo aposta corretamente na natureza humana, que é a de gerar lucro, que é a de gerar riqueza para si mesmo. E termino com a frase do Roberto Campos, a qual repito: "No socialismo, as intenções são melhores do que os resultados. No capitalismo, os resultados são melhores do que a intenção". (Kataguiri, 2022)

Assim, discursos como os de Kim Kataguiri e Arthur do Val demonstram como a extrema-direita brasileira assume cada vez mais incisivamente o controle dos temas relevantes (ou ainda, posicionamentos objetivos) para debate público e na agenda institucional, servindo de interesse da classe capitalista dominante. A

estrutura comunicativa específica de um espaço-tempo histórico completamente midiático se traduz em um estado hiperbólico do espaço institucional de palanque e soluções simplistas, conformistas e senso comum, pertencentes a um setor tradicional brasileiro sob máscaras antissistêmicas. A política de palco tradicional dos parlamentos (Bourdieu, 2001) passa a ser duplamente espetacularizada pela sua elaboração da polemização e da desmoralização feita estrategicamente para transposição e relevância na mídia digital. Assim, essa dupla-performance apenas contribuem para ruir os vestígios de um preâmbulo democrático, especialmente gerando deficiências qualitativas graves no âmbito deliberativo parlamentar.

5 CONCLUSÃO

Com base no que foi analisado, conclui-se que a nova direita que garantiu a inserção de atores com posturas consideradas mais reacionárias dentro das instituições políticas formais, como o Movimento Brasil Livre (MBL), impacta significativamente a dinâmica do debate e especialmente a política deliberativa, enquanto elemento da construção de instituições mais transparentes, democráticas e horizontais, especialmente no que diz respeito à perda de qualidade do debate público e à defasagem na elaboração de consensos democráticos.

O MBL usufrui do espaço institucional como palco para performances midiáticas, priorizando a polemização e a viralização de conteúdos sensacionalistas em detrimento de debates substantivos, contribuindo para o exacerbamento daquilo que identificamos como a espetacularização da política. Isso reduz a política deliberativa a uma disputa por atenção, minando a capacidade de discussões aprofundadas sobre políticas públicas.

Além disso, ao adotar um discurso antipolítico e desmoralizante, o MBL contribui para a deslegitimação das instituições e a fragilização dos processos democráticos, reforçado pelo discurso de que a política é inerentemente corrupta e ineficiente. O discurso do MBL simplifica questões complexas, como a reforma do Estado e a gestão pública, em *slogans* como o corte de gastos e enxugamento da máquina pública, os quais prejudicam a discussão de soluções mais elaboradas e contextualizadas para os problemas sociais e econômicos, sendo observada como estratégia política de legitimidade pública. Além disso, a polemização do discurso político aliada à disseminação deturpada de informações nas redes sociais, contribuem para a desvalorização do debate da esfera pública, construindo uma única rede de verdade absoluta e incontestável, sendo um aspecto corrosivo para o debate público.

Levando em consideração as perguntas da pesquisa, demonstrou-se que há um alinhamento significativo entre as pautas do MBL e os movimentos transnacionais de direita, tanto no aspecto conservador quanto no liberal. Esse alinhamento se manifesta em quatro artifícios retóricos:

1° artifício: defesa da agenda neoliberal, isto é, o MBL defende sistematicamente medidas como privatizações, redução do Estado e desregulamentação econômica, alinhando-se à agenda neoliberal global, sendo essa postura parlamentar compartilhada com movimentos de direita em outros

países, que também promovem a ideia de um Estado mínimo e a priorização do mercado;

2° artifício: perpetuação do conservadorismo moral, isto é, embora os atores do MBL se apresentem como um movimento liberal em termos econômicos, há incorporação de elementos conservadores, como a defesa de um Estado punitivo e negação de políticas progressistas que recusam e culpabilizam o outro marginalizado no debate;

3° artifício: construção propagandista da narrativa antissistêmica, ou seja, uso da retórica de combate à elite corrupta e à esquerda social-democrata comum em movimentos transnacionais de direita, posicionando o MBL como reprodutor dessa narrativa ao se colocar como *outsider* ao sistema político tradicional;

4° artifício: uso estratégico do palanque institucional para ganhar relevância midiática. Trata-se de uma atuação parlamentar voltada à interferência estratégica no debate público, por meio de discursos polêmicos e imediatistas. Essa prática se ancora numa estrutura comunicativa da *internet*, marcada pela espetacularização e pela lógica da viralização nas redes sociais, transformando o espaço institucional em palco para disputas discursivas, na tentativa de interferência no debate público.

Em relação a Jair Bolsonaro e à base do governo, o vínculo entre estes e os atores do MBL se mostrou ambíguo, oscilando entre conciliação e afastamento, dependendo do contexto político. No início do governo Bolsonaro, o MBL alinhou-se ao discurso antipetista e à crítica ao sistema político tradicional, apoiando medidas como a reforma da Previdência e a defesa de pautas neoliberais. Porém, durante a pandemia de COVID-19, a moderação e o caráter técnico foram as narrativas e posturas escolhidas, em oposição ao negacionismo e a má gestão da crise sanitária da época. Isso reflete uma tentativa de preservar sua própria legitimidade política, distanciando-se da impopularidade do governo, demonstrando uma disputa interna na direita: enquanto Bolsonaro está mais alinhado ao conservadorismo moral, o MBL prioriza o liberalismo econômico e a tecnocracia no discurso, indicando uma possível tendência de moderação do discurso entre grupos direitistas.

Como colocado pela Teoria do Discurso, essa reinserção de posicionamentos antissistema se fundamenta em expressões de viés fascista e racionalista, enfatizando dimensão técnica, principalmente no funcionamento das instituições, com a intenção de neutralizá-las. Essa dinâmica acaba por enfraquecer a dimensão de classe presente nesse contexto, ao adotar uma política que reduz e simplifica a

administração de questões sociais e econômicas complexas, com o propósito de alcançar visibilidade na mídia, mantendo a rigidez do conteúdo político neoliberal, sem negociar e perder elementos programáticos fundamentais.

Por essas razões, a prática política deliberativa analisada também mostrou como figuras como Kim Kataguiri, que detêm maior liderança dentro do MBL — ocupando cargo de deputado na esfera federal, com papel histórico crucial na difusão do movimento e, conseqüentemente, nas redes de articulação política mais amplas — apresentam-se na prática política com discurso mais técnico, conciliador e racional, visando legitimidade e apoio nas regras do jogo interno do parlamento. Ao contrário de Arthur do Val, o qual fez uso de discursos predominantemente polêmicos e radicalizados, sem elaborações discursivas de nível técnico, o que resultou em significativa perda política, culminando na cassação e inelegibilidade do mandato (Cruz, 2022).

Entretanto, essa moderação discursiva adotada por Kataguiri e por setores estratégicos do MBL não representa um rompimento com os traços de incivilidade e autoritarismo que estruturam o projeto político-ideológico do grupo. Em um espaço público marcado pela crescente espetacularização, radicalização e violência retórica, o MBL atua de modo ambivalente: enquanto adota uma postura tecnocrática em temas de interesse das classes dominantes, recorre simultaneamente a uma lógica midiática como elemento central para interferência no debate público. A contenção discursiva, nesse sentido, opera como uma estratégia de distinção interna ao campo da direita, permitindo ao movimento distanciar-se pontualmente da base bolsonarista em momentos de crise — não como rejeição ao projeto hegemônico, mas como tática de gestão de imagem e reposicionamento no jogo político. A moderação aparente, em determinados momentos, portanto, disfarçam uma adesão estrutural ao ideário neoliberal e autoritário, reafirmando, sob outras formas, os elementos antidemocráticos que orientam sua atuação pública.

A dinâmica do discurso dos atores possui enquanto eixo a rearticulação de ideologias do passado político conservador e atualização das narrativas neoliberais do final do século XX: não há uma ideologia completamente nova, mas uma reinvenção discursiva de proposições conservadoras e neoliberais já existentes, como a retomada de temas como a crítica ao Estado, a defesa do mercado e o combate à corrupção, sendo estratégias comuns entre grupos de direita a nível global. Há proveito de significantes vazios, como povo, corrupção e eficiência, para

unir demandas diversas sob uma única narrativa de prolongamento de um projeto de Brasil neoliberal, permitindo que termos sintetizantes e genéricos mobilizem apoio de diferentes setores da sociedade, mesmo que suas propostas sejam contraditórias e simplistas.

Ademais, a imagem antissistêmica do MBL apresenta-se como reinvenção discursiva que, permite uma gestão de imagem alternativa ao sistema político tradicional, embora sustente, em seu núcleo, uma agenda predominantemente alinhada aos interesses das elites econômicas capitalistas. Essa agenda defende um Estado mínimo nas questões econômicas, mas não rejeita a presença do Estado em absoluto — ao contrário, atribui a ele a função central e legítima de controle e punição, especialmente no campo da segurança pública. O Estado mínimo aqui não pressupõe a ausência de poder, mas sim sua concentração naquilo que apenas o Estado pode exercer com exclusividade: o uso legítimo da força. Trata-se de uma combinação do neoliberalismo econômico com autoritarismo penal, refletindo a capacidade do discurso de se adaptar às exigências do contexto político e midiático.

A reviravolta mais contundente desses atores está na capacidade de condução de magnitude das estratégias discursivas, uma vez que são habituadas para o contexto digital e midiático contemporâneo. As redes sociais tornam-se, gradualmente, referências para o que deve ser falado no espaço público institucional, recusando-se o resultado consensual sob um debate qualitativo. Para fins de espetacularizar o discurso político, a polemização e a viralização de conteúdos são a prioridade. Isso reflete uma lógica de poder que combina elementos tradicionais (como o conservadorismo e o neoliberalismo) com técnicas novas de comunicação.

Evitando-se uma análise pelo personalismo político, a relevância da compreensão da esfera do discurso como independente, sendo produtor das relações sociais e políticas, enuncia como o tipo de narrativa reacionária e neopopulista que simplifica, polemiza, distorce e apaga a condição de classe conserva-se dentro da direita, reinventada no modo de operacionalizá-la e fazê-la crível na sociedade da informação, designando como falso movimento renovador, sendo o discurso despolitizante um elemento sintomático de uma relação antiga de instabilidade de equacionamento entre o neoliberalismo e a democracia.

Em suma, não há indícios de coerência plena sob o discurso antipolítico supostamente puro frente aos demais, mas, uma adaptação tática ao jogo político

tradicional das instituições em paralelo ao domínio do debate público na *internet*. Apesar disso, os discursos em plenário e comissões revelaram a instrumentalização do discurso antipolítico para deslegitimar o sistema (posicionamento da arena política e seus componentes adversários como essencialmente corruptos), e sobretudo, para viralização de conteúdos acerca do projeto de poder da direita. O movimento se apresenta como antissistêmico, enquanto promove uma agenda alinhada a elites econômicas e a pautas neoliberais institucionalizadas (como privatizações e Estado mínimo).

A relação do MBL com o bolsonarismo foi ambígua e contextual, oscilando entre alinhamento ideológico e estratégico, e distanciamento tático e conjuntural. A principal aproximação que indica o alinhamento ideológico diz respeito ao fomento da narrativa antipetista e às pautas neoliberais. Entretanto, identificou-se um afastamento estratégico durante a pandemia, na qual o MBL adotou um discurso mais técnico e moderado, criticando o negacionismo e a má gestão da crise sanitária para preservar sua própria legitimidade, distanciando-se da impopularidade do governo.

Conclui-se que há divergências relevantes: enquanto Bolsonaro priorizou o conservadorismo moral, o MBL focou em assuntos da vida social em torno do neoliberalismo do discurso, refletindo uma tensão interna na direita entre projetos políticos distintos. Entretanto, não houve ruptura completa, o MBL manteve-se alinhado ao projeto de extrema-direita durante a maior parte do tempo de mandato, ainda que com ajustes retóricos para gestão de imagem e popularidade.

REFERÊNCIAS

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ALESP). **Arthur do Val (Ex-parlamentar)**. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, [2025]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300611>. Acesso em: 30 jan. 2025.
- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Uma sociologia do escândalo da Mostra Queermuseu: disputas de enquadramento midiático entre o jornalismo profissional e o Movimento Brasil Livre. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 37, n. 2, p. 551–573, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/F7575JWYKBMXzhLxWjhMywh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BENEVIDES, Maria Victória. **Udn e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro. 1980. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000715870>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- BERLIN, Isaiah. **Two concepts of liberty**. Oxford: Clarendon, 1958.
- BORGES, Samuel Silva da Fonseca. **Imagens da ideologia punitiva**: uma análise de discurso crítica do Movimento Brasil Livre. 2019. Dissertação de Mestrado em Sociologia - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35446>. Acesso em: 30 jan. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1761>. Acesso em: 19 nov. 2024.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Sur la télévision, suivi de L'emprise du journalisme**. Paris: Liber, 1996.
- BRODBECK, Pedro de Souza Lima; PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza. Liberais ao estilo populista: a argumentação do MBL no YouTube. **Media & Jornalismo**, [s.l.], v. 22, n. 40, p. 261-281, 2022. DOI: 10.14195/2183-5462_40_13. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/10258>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- CALDARA, Marcus Vinicius Calderan. **Contornos discursivos do antipetismo nas mídias sociais**: uma análise a partir do Movimento Brasil Livre. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. **Kim Kataguiri**. Brasília: Câmara dos Deputados do Brasil. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204536>. Acesso em: 30 jan. 2025.

CASIMIRO, Flávio. **A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)**. 2016. Tese de Doutorado em História - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13910>. Acesso em: 30 jan. 2025.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Como funciona a checagem de fake news no Facebook e Instagram — e o que vai mudar. **BBC News Brasil**, São Paulo, 8 jan. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czenenp7ze1o>. Acesso em: 18 fev. 2025.

CRUZ, Elaine Patricia. Arthur do Val tem mandato cassado e fica inelegível por oito anos. **Agência Brasil**, Brasília, 17 mai. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-05/arthur-do-val-tem-mandato-cassado-e-fica-inelegivel-por-oito-anos>. Acesso em: 27 fev. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUDA DA SILVA, Ederson. As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo. **Conversas & Controvérsias**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 75–95, 2018. DOI: 10.15448/2178-5694.2018.1.30257. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/conversasecontroversias/article/view/30257>. Acesso em: 23 set. 2024.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FERREIRA, Fabio Alves. A teoria do discurso e análise do discurso: de Ernesto Laclau a Michel Foucault. **Perspectivas**, Tocantins, v. 4, n. 2, p. 81-93, 2019a.

FERREIRA, Fabrício. 'Folha de S. Paulo', 'O Globo' e a afirmação de uma direita neoliberal na Nova República. **Revista nuestrAmérica**, [s.l.], v. 7, n. 13, p. 66-81, 2019b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Lisboa: Edições Gallimard, 1971.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREITAS, Osires Vinicius Alves. **O movimento Brasil livre**. 2018. Trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), Araraquara, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/203547>. Acesso em: 30 jan. 2025.

FREITAS, Felipe Corral de. **Teoria e Análise de Discurso a partir de Laclau e Mouffe: (re)pensando a metodologia no campo da Ciência Política**. In: IV Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social. 2019. Pelotas. Anais do Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social (GT 6 –Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Transdisciplinaridade). Pelotas: 2019. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/legadolaclau/pt/eventos-anteriores/anais-do-simpósio-pos-estruturalismo-e-teria-social-2019/sumario/gt-6-teoria-do-discurso-de-ernesto-laclau-e-transdisciplinaridade/artigo-freitas>. Acesso em: 30 jan. 2025.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man**. New York: Free Press, 2006.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. As novas formas de organização e articulação das classes dominantes: o MBL em questão. **Revista de Políticas Públicas**, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 621-640, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v22n2>. Acesso em: 16 jul. 2024.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [s.l.], v. 22, n. 2, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>. Acesso em: 30 jan. 2025.

HABERMAS, Jurgen. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa**. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. **As três versões do neo-institucionalismo**. São Paulo: CEDEC, 2003.

KATAGUIRI, Kim. Câmara dos Deputados. Discurso parlamentar proferido na Sessão nº 216.2019, de 2019. **Câmara dos Deputados: Sessão nº 216.2019**, Brasília, DF, 2019a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=216.2019&nuQuarto=164078&nuOrador=5&nuInsercao=5&dtHorarioQuarto=20:24&sgFaseSessao=OD&Data=13/08/0Di2019&txApelido=KIM%20KATAGUIRI,%20DEM-SP&txFaseSessao=Ordem%20do%2a&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=20:24&txEtapa=>. Acesso em: 11 fev. de 2025.

KATAGUIRI, Kim. Câmara dos Deputados. Discurso parlamentar proferido na Sessão nº 422.2019, de 2019. **Câmara dos Deputados: Sessão nº 422.2019**, Brasília, DF, 2019b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=422.2019&nuQuarto=237381&nuOrador=3&nuInsercao=3&dtHorarioQuarto=20:56&sgFaseSessao=OD&Data=16/12/2019&txApelido=KIM%20KATAGUIRI,%20DEM-SP&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C>

[3% A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=20:56&txEtapa=](#). Acesso em: 11 fev. de 2025.

KATAGUIRI, Kim. Câmara dos Deputados. Discurso parlamentar proferido na Sessão n° 54.2019, de 2019. **Câmara dos Deputados:** Sessão n° 54.2019, Brasília, DF, 2019c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=54.2019&nuQuarto=96989&nuOrador=3&nuInsercao=3&dtHorarioQuarto=15:00&sgFaseSessao=PE&Data=02/04/2019&txApelido=KIM%20KATAGUIRI,%20DEM-SP&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:00&txEtapa=>. Acesso em: 11 fev. de 2025.

KATAGUIRI, Kim. Câmara dos Deputados. Discurso parlamentar proferido na Sessão n° 13.2020 de 2020. **Câmara dos Deputados:** Sessão n° 13.2020, Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=13.2020&nuQuarto=253577&nuOrador=3&nuInsercao=3&dtHorarioQuarto=15:56&sgFaseSessao=GE&Data=13/02/2020&txApelido=KIM%20KATAGUIRI&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:56&txEtapa=>. Acesso em: 21 fev. de 2025.

KATAGUIRI, Kim. Câmara dos Deputados. Discurso parlamentar proferido na Sessão n° 43.2020, de 2020. **Câmara dos Deputados:** Sessão n° 43.2020. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=43.2020&nuQuarto=275126&nuOrador=1&nuInsercao=1&dtHorarioQuarto=18:24&sgFaseSessao=OD&Data=07/04/2020&txApelido=KIM%20KATAGUIRI&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=18:24&txEtapa=>. Acesso em: 21 fev. de 2025.

KATAGUIRI, Kim. Câmara dos Deputados. Discurso parlamentar proferido na Sessão n° 10.2022, de 2022. **Câmara dos Deputados:** Sessão n° 10.2022, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=10.2022.N&nuQuarto=564352&nuOrador=1&nuInsercao=1&dtHorarioQuarto=11:08&sgFaseSessao=HO&Data=26/04/2022&txApelido=KIM%20KATAGUIRI&txFaseSessao=Homenagem&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20Solene%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:08&txEtapa=>. Acesso em: 21 fev. de 2025.

KATAGUIRI, Kim. **Canal no Youtube: Kim Kataguiiri.** Youtube: kimkataguiiri. Disponível em: <https://www.youtube.com/KIMKATAGUIRI>. Acesso em: 30 jan. 2025.

KATAGUIRI, Kim. **Na calada da noite, o governo coloca jabuti para taxar Shein, Shopee e AliExpress!** Instagram, 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C6r9MyMOXaX/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

KATAGUIRI, Kim. **Página no Facebook: Kim Kataguiiri.** Facebook: kimkataguiiri. Disponível em: https://www.facebook.com/kimkataguiiri/?locale=pt_BR. Acesso em: 30 jan. 2025.

KATAGUIRI, Kim. **Perfil no Instagram: Kim Kataguiiri.** Instagram: kimkataguiiri.

Disponível em: <https://www.instagram.com/kimkataguiiri/?hl=pt-br>. Acesso em: 30 jan. 2025.

KATAGUIRI, Kim. **Perfil no Tiktok: Kim Kataguiiri**. Tiktok: kimkataguiiri. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@kimkataguiiri>. Acesso em: 30 jan. 2025.

KATAGUIRI, Kim. **Perfil no X: Kim Kataguiiri**. X: KimKataguiiri. Disponível em: <https://x.com/KimKataguiiri>. Acesso em: 30 jan. 2025.

Kim Kataguiiri sobre presidência da Câmara: "Estou trabalhando para vencer". **UOL**, São Paulo, 20 out. 2018a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/29/kim-kataguiiri-sobre-presidencia-da-camara-estou-trabalhando-para-vencer.html>. Acesso em 16 jul. 2024.

KRAUS, Lalita. De las calles a las redes sociales: la red liberal-conservadora del Movimiento Brasil Libre (MBL). **Ar@cne - Revista Electrónica de Recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 26, n. 262, p. 1-20, 2022. DOI: 10.1344/ara2022.262.36124. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/aracne/article/view/36124>. Acesso em: 10 out. 2024.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires, FCE, 2001.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LACLAU, Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l], v.1, n. 2, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LACHOWSKI, Victor Finkler. União à direita: a aliança entre MBL e Patriota nas eleições de 2020. **E-legis**, Brasília, n. 37, p. 224–245, 2022. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/543adebd-b8bf-4450-8459-40ce6a005938>. Acesso em: 10 out. 2024.

LEPRI, Adil Giovanni. O audiovisual pervasivo do Movimento Brasil Livre nos Sites de Redes Sociais. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 89-106, 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **How democracies die**. New York: Broadway Books, 2018.

MACHADO, Luana Barbosa. **Nacionalismo, não-violência e os novos atores engajados na política contenciosa brasileira: o caso do Movimento Brasil Livre (MBL)**. 2017. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7476>. Acesso em: 2 set. 2025.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MATTOS, Renan Alfenas de. **A Mobilização Política Através De Vídeos Do Youtube E Facebook: Uma Análise Do Movimento Brasil Livre**. 2018. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9085>. Acesso em: 19 out. 2024.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira De Ciência Política**, Brasília, n. 1, p. 153-169, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1533>. Acesso em: 30 jan. 2025.

MENDONÇA, Isabella Nunes Salles de. **A “Nova Direita” Brasileira: uma análise das origens e fontes ideológicas do Movimento Brasil Livre – MBL**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/7a220dfc-4c3a-4b44-aac3-4c7115d3ed8e>. Acesso em: 12 set. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s.l.], n. 55-56, p. 139-166, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/5Gcb9c7zydHkDNxNHsR8mPF/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MIRANDA, João Elter Borges. **A patrulha ideológica da burguesia: a atuação do partido Movimento Brasil Livre na construção do golpe de 2016**. 2021. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/4533>. Acesso em: 16 set. 2024.

MOISÉS, José Álvaro. WEFFORT, Francisco. **Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

MONTEVECHI, Camila. Ativismo anticorrupção no Brasil e a teoria dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s.l.], n. 34, p. 1-37, 2021. DOI: 10.1590/0103-3352.2021.34.235262. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

MOUFFE, Chantal. **On the political: thinking in action**. Londres: Routledge, 2005.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Valores e Princípios. Brasil: **MOVIMENTO BRASIL LIVRE**, [2025]. Disponível em: <https://mbl.org.br/valores-principios>. Acesso em: 12 mar. 2025.

Não é uma banda de indie-rock, é a vanguarda anti-Dilma. **El País**, São Paulo, 12 dez. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638_389650.html. Acesso em: 24 jul. 2024.

NEVES, Isabela Bichara de Souza. Análise do arranjo institucional e discursivo dos movimentos RenovaBR e MBL: reflexos no período eleitoral de 2018. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, [s.l.] v. 13, n. 2, p. 97-108, 2019. Disponível em: <https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/179>. Acesso em: 30 jan. 2025.

PAVESI, Patricia; VALENTIM, Julio. Ciências Sociais Computacionais: um novo paradigma para as Ciências Sociais?. **Simbiótica: Revista Eletrônica**, Espírito Santo, v. 8, n. 4, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v8i4.37344>. Acesso em: 30 jan. 2025.

OLIVEIRA, Diego Batista Rodrigues de. **Vem Pra Rua E O Movimento Brasil Livre: uma análise marxista dos "movimentos de classe média" sob os governos de Dilma Rousseff (2015-2016) e Michel Temer (2016-2018)**. 2018. Dissertação de Mestrado em Sociologia - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: <https://pos.uel.br/ppgsoc/teses-dissertacoes/vem-pra-rua-e-o-movimento-brasil-livre-uma-analise-marxista-dos-movimentos-de-classe-media-sob-os-governos-de-dilma-rousseff-2015-2016-e-michel-temer-2016-2018/>. Acesso em: 10 out. 2024.

PINTO, Céli Regina Jardim. **A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)**. Lua Nova, São Paulo, n. 100, p. 119-153, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-119153/100>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ROCHA, Camila. Passando o bastão: a nova geração de liberais brasileiros. **Nouveaux mondes mondes nouveaux**, França, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.71327>. Acesso em: 30 jan. 2025.

RODELLA, Ester Alkimim Zanco. **A mulher que luta sob a ótica da Mídia Ninja e do MBL: o 8M e os desafios da comunicação para paz nas mídias digitais**. 2020. Dissertação de Mestrado em Comunicação – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/11449/202255/3/rodella_eaz_me_bauru.pdf. Acesso em: 29 out. 2024.

SAAD, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS. Thaiza de Carvalho dos; VIEIRA, Viviane Cristina. Representações da Presidenta Dilma Rousseff pelo “Movimento Brasil Livre”. **Discurso & Sociedad**, Espanha, v. 10, n. 4, p. 588-609, 2016.

VAL, Arthur do. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Ementário da Sessão Deliberativa de 26 de março de 2019. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**: Ementário da Sessão Deliberativa de 26 de março de 2019, São Paulo, SP, 2019. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/ementario/anexos/20190326-180857-ID_SESSA

[O=13627.htm](#). Acesso em: 11 fev. 2025.

SENA, Ercio; GUSMAN, Juliana Magalhães e Ribeiro. Apropriações do discurso neoliberal das lutas por reconhecimento. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 151-166, 2020.

SILVA, Francisco Paulo da. SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Análise de Discurso Político e a Política da Análise de Discurso. **Estudos da Lingua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 83-90, 2005. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/download/981/837/1645>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SILVA, Kiane Follman da. **MBL: Crise política e conflitos de classe no Brasil**. São Paulo: Editora CRV, 2020.

SIMON, Herbert Alexander. **Designing organizations for an information-rich world. Computers, communications, and the public interest**. Baltimore: s.n, 1971.

SINCLAIR, Stéfan; ROCKWELL, Geoffrey. (2024). **Discursos do parlamentar Kim Kataguirí em Plenário e em Comissões referentes a 2019-2022**. Voyant Tools. Retrieved July 8, 2024, from <https://voyant-tools.org/?stopList=keywords-8ceba9731c841fe31a94c27d39e528fb&panels=corpusterm%2Creader%2Ctrends%2Csummary%2Ccontexts&corpus=05f4c6a3f8b8dcf99cb316e4881cc242>.

SINCLAIR, Stéfan; ROCKWELL, Geoffrey. (2024). **Discursos do parlamentar Arthur do Val em Plenário referentes a 2019-2021**. Voyant Tools. Retrieved July 8, 2024, from <https://voyant-tools.org/?stopList=keywords-253b5f574e10bdc399234a5a1a5aab22&panels=cirrus%2Creader%2Ctrends%2Csummary%2Ccontexts&corpus=e4803bf909f5802f64431ddaf0263435>.

SINGER, André. **As contradições do lulismo: A que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

TONETTO, Mauricio Bozzi. **Ciberativismo nas redes sociais: um estudo do Movimento Brasil Livre no pós-impeachment de Dilma Rousseff**. 2018. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7951>. Acesso em: 17 out. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). Estatística de votação: Deputado Estadual, ano de 2018. In: **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). Resultados**. Brasília, 2018. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home?p0_cargo=Deputado%20Estadual&session=216899683729568. Acesso em: 29 jul. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). Estatística de votação: Deputado Federal, ano de 2018. In: **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil)**.

Resultados. Brasília, 2018. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home?p0_cargo=Deputado%20Federal&session=216899683729568. Acesso em: 27 jul. 2024.

VAL, Arthur do. **Canal no Youtube: Mamaefalei.** YouTube: Mamaefalei. Disponível em: <https://www.youtube.com/@Mamaefalei>. Acesso em: 30 jan. 2025.

VAL, Arthur do. **Página no Facebook: Arthur do Val.** Facebook: arthurdoval. Disponível em: <https://www.facebook.com/arthurdoval/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

VAL, Arthur do. **Perfil no Instagram: Arthur do Val.** Instagram: arthurmoledoval. Disponível em: <https://www.instagram.com/arthurmoledoval/?hl=pt-br>. Acesso em: 30 jan. 2025.

VAL, Arthur do. **Perfil no Tiktok: Arthur do Val.** Tiktok: arthurmoledoval. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@arthurmoledoval>. Acesso em: 30 jan. 2025.

VAL, Arthur do. **Perfil no X: Arthur do Val.** X: arthurmoledoval. Disponível em: <https://x.com/arthurmoledoval>. Acesso em: 30 jan. 2025.

WEGMANN, Daniel Pacheco. #MarielleVive y el MBL: Crimen, conflicto y sociedad digital. **Virtualis**, [s. l.], v. 13, n. 25, p. 12–33, 2022. DOI: 10.46530/virtualis.v13i25.413. Disponível em: <https://www.revistavirtualis.mx/index.php/virtualis/article/view/413>. Acesso em: 21 ago. 2024.

WODAK, Ruth. **The Politics of Fear: What Right-Wing Populist Discourses Mean.** London: SAGE Publications Ltd, 2015. Disponível em: <https://sk.sagepub.com/book/mono/the-politics-of-fear/toc>. Acesso em: 19 fev. 2025.

WU, Tim. **The Attention Merchants: The Epic Scramble to Get Inside Our Heads.** [s.l]: Vintage, 2016.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji; MOURA, Julia Frank de. O Brasil a partir do Movimento Brasil Livre: imagens de uma comunidade imaginada. **Comunicologia - Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 153-169, 2018. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/8325/5817>. Acesso em: 16 jul. 2024.

Youtuber: Ser o 2º mais votado para Alesp mostra cansaço com velha política. **UOL**, São Paulo, 8 out. 2018b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/youtuber-ser-o-2-mais-votado-para-alesp-mostra-cansaco-com-velha-politica.htm?cmpid=copiaecol>. Acesso em 16 jun. 2024.

DADOS CURRICULARES

IDENTIFICAÇÃO	
	ANA CAROLINA DE BELLO BUSINARO 04/06/2003
Nacionalidade	brasileira
Nome em citações bibliográficas:	Bello, Ana Carolina de, Bello, A. C.
Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/8301268985254333
ORCID	https://orcid.org/0009-0003-5936-3279
outro identificador	
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS	
<p>IV CONGRESSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 9, 2024, (Araraquara). Os discursos dos representantes do Movimento Brasil Livre durante o período do governo Bolsonaro (2019-2022). 2024. (Apresentação de Trabalho).</p> <p>XXXVI CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP: "CIÊNCIA EM TEMPOS DE CRISE CLIMÁTICA E SOCIAL", 10, 2024. (Araraquara). Os discursos dos representantes do Movimento Brasil Livre durante o período do governo Bolsonaro (2019-2022). 2024. (Apresentação de Trabalho).</p>	